



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
CAMPUS CHAPECÓ
CURSO DE GEOGRAFIA - LICENCIATURA**

DEBORA WEBER DE SOUZA

**A PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO NO MUNICÍPIO DE PINHALZINHO
(SC)**

**CHAPECÓ, SC
2021**

DEBORA WEBER DE SOUZA

**A PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO NO MUNICÍPIO DE PINHALZINHO
(SC)**

Trabalho de Conclusão de Curso de graduação apresentado ao Curso de Geografia – Licenciatura da Universidade Federal da Fronteira Sul, campus Chapecó, como requisito para obtenção do título de Licenciada em Geografia.

Orientador: Prof. Dr. Ederson Nascimento

CHAPECÓ, SC

2021

Bibliotecas da Universidade Federal da Fronteira Sul - UFFS

Souza, Débora Weber de
A PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO DO MUNICÍPIO DE
PINHALZINHO (SC) / Débora Weber de Souza. -- 2021.
60 f.:il.

Orientador: Prof. Dr. Ederson Nascimento

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) -
Universidade Federal da Fronteira Sul, Curso de
Licenciatura em Geografia, Chapecó, SC, 2021.

1. : Produção do espaço urbano; expansão urbana;
estrutura urbana; cidade pequena.. I. Nascimento, Ederson,
orient. II. Universidade Federal da Fronteira Sul. III. Título.

**A PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO NO MUNICÍPIO DE PINHALZINHO
(SC)**

Trabalho de conclusão de curso de graduação apresentado como requisito para obtenção de grau de Licenciatura em Geografia da Universidade Federal da Fronteira Sul.

Orientador: Prof. Dr. Ederson Nascimento

Este trabalho de conclusão de curso foi defendido e aprovado pela banca em: 24/05/2021

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Ederson Nascimento (Orientador)
Universidade Federal da Fronteira Sul – UFFS

Prof^a. Dr^a. Ana Laura Vianna Villela
Universidade Comunitária da Região de Chapecó - UNOCHAPECÓ

Ma. Andressa Krieser Bauerman
Universidade Estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, por escutar as minhas orações e ter meconduzido a esse caminho na qual sempre sonhei chegar, a da tão sonhada licenciatura numa universidade federal.

Também sou grata a todos da minha família, que de alguma forma, incentivaram-me na busca pelo conhecimento, além de me apoiarem nos momentos mais difíceis, em especial a minha mãe Edilcea, a meu esposo Fabioe minha filha Ariane, que sempre estiveram ao meu lado.

Ao Prof. Dr. Ederson, pelas várias oportunidades de trabalho em projetosdentro da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), desde o Programa de Iniciação à Docência, assim como em orientações em projetos de iniciação científica. Agradeço também pela compreensão das minhas limitações e dificuldades ao longo desse percurso. Sua orientação segura e competente, seuestimulo constante permitiram-me concretizar este estudo.

Enfim, agradeço aos demais professores pelas contribuições valiosas para meu crescimento intelectual e pessoal, em especial ao Prof. Dr. Ricardo por ter me dado apoio bem no início da graduação, quando ainda era o coordenador do curso de Geografia. Sou grata também aos trabalhadores do Setor deAssuntos Estudantis e aos demais amigos e colegas da graduação Fabiane, Nadialine, Soleandro e Rayneken que sempre me deram apoio e me incentivaram a não desistir nos momentos mais difíceis.

RESUMO

Este trabalho busca caracterizar a estrutura urbana e sua evolução na cidade de Pinhalzinho, na região oeste do estado de Santa Catarina. Nesse sentido, estudar a organização espacial urbana de uma cidade pequena, em especial, a cidade de Pinhalzinho é de fundamental importância para se obter um bom planejamento dentro das áreas urbanas, sobretudo porque esta cidade vem se destacando no cenário regional, devido aos altos índices socioeconômicos e demográficos com crescente transformação na sua estrutura urbana. Diante disso, esta pesquisa tem como objetivo geral compreender a dinâmica de produção do espaço urbano no município de Pinhalzinho no período recente (pós-2000). Para isso, buscou-se, analisar qualitativamente, valores quantitativos, através de dados socioeconômicos e demográficos, além do uso da pesquisa de campo, para registro fotográfico e análise documental. O que resultou na identificação do Estado, como o principal agente produtor do espaço urbano analisado, tendo importante contribuição para o crescimento econômico, através do fornecimento das infraestruturas necessária para expansão do capital e com isso levou o município a alcançar, no ano de 2010, alto estágio de desenvolvimento, por meio dos dados do índice Firjan de Desenvolvimento Municipal (IFDM), com destaque para a atividade econômica da construção civil, que apresentou números expressivos e em constante evolução e com isso contribuiu com a materialização do espaço urbano em edificações em crescente expansão.

Palavras chaves: Produção do espaço urbano; expansão urbana; estrutura urbana; cidade pequena.

INTRODUÇÃO.....	6
CAPITULO 1. PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO E URBANIZAÇÃO BRASILEIRA: REFLEXÕES TEÓRICO-CONCEITUAIS	9
1.1 Considerações teórico-conceituais sobre o espaço geográfico e seus elementos.	9
1.2 A produção do espaço urbano	13
1.3 Cidades, Urbanização Brasileira e o crescimento das pequenas cidades	17
CAPITULO 2: FORMAÇÃO SOCIOESPACIAL DO OESTE DE SANTA CATARINA E DO MUNICÍPIO DE PINHALZINHO	26
2.1 Formação socioespacial da região Oeste de Santa Catarina	26
2.2 Formação socioespacial do município de Pinhalzinho	32
2.3 Perfil socioeconômico do município	37
2.4. Evolução urbana e características da população do município de Pinhalzinho	41
CAPITULO 3 PINHALZINHO: EXPANSÃO URBANA E CONFIGURAÇÃO ESPACIAL ATUAL DA CIDADE	47
3.1 Pinhalzinho: estrutura socioespacial no período recente (pós-2000) e suas limitações na estrutura urbana	47
3.2 Transformações da paisagem urbana da cidade de Pinhalzinho	53
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	57
REFERÊNCIAS	58

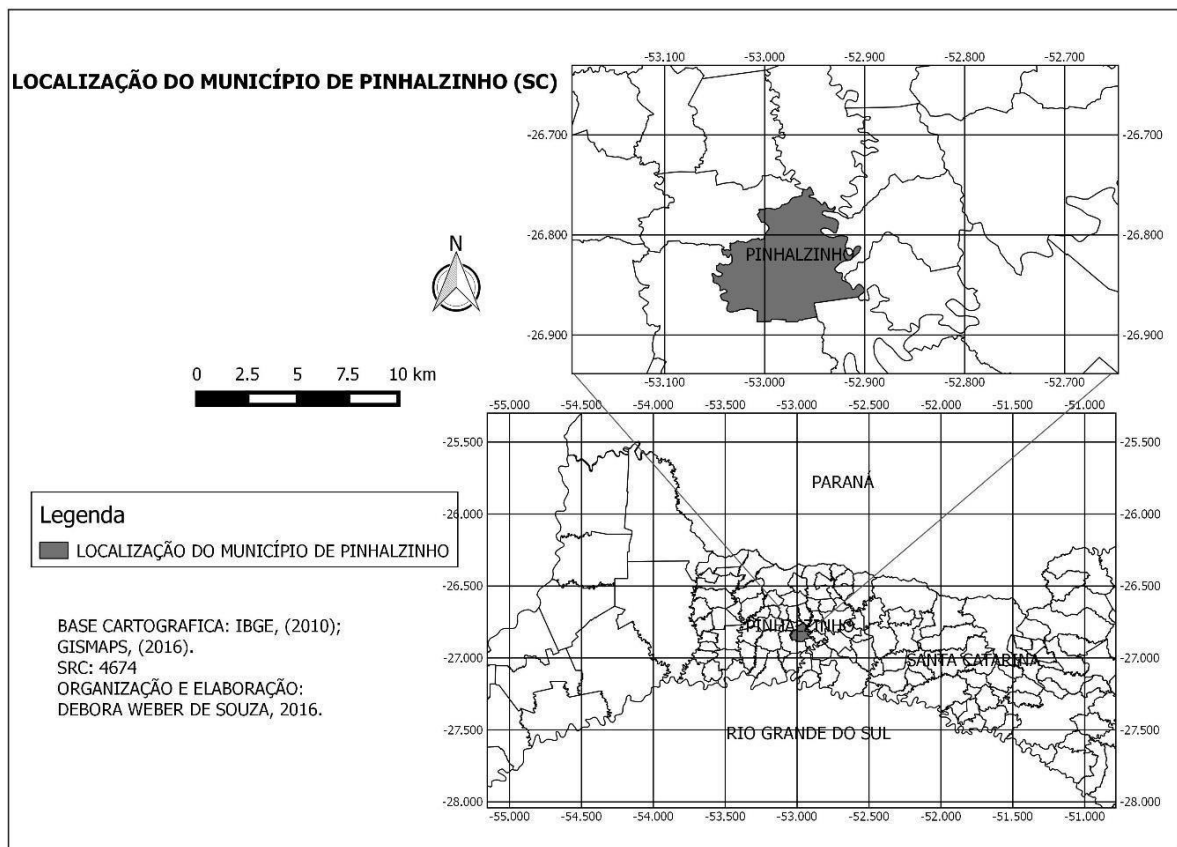
INTRODUÇÃO

O presente trabalho busca caracterizar a estrutura urbana e sua evolução na cidade de Pinhalzinho, na região oeste do estado de Santa Catarina, sendo assim, sob os conceitos de espaço geográfico, na qual são materializadas a natureza e coma existência humana sob este mesmo espaço a integração na qual, segundo Santos (1997, apud Suertegaray, 2005) se torna um conjunto de sistemas de ações e objetos não separáveis na visão única, na qual é caracterizado pela articulação do homem com a natureza, no período hoje técnico científico informacional.

Para entender o espaço geográfico da cidade de Pinhalzinho, se faz necessário tornar claro as relações sociais que se estabelecem nesse espaço, os marcos históricos, desde a ocupação às construções na paisagem, das apropriações da chamada primeira natureza, e da produção deste espaço pelo modo de produção vigente, das infraestruturas implantadas e dos problemas relacionados a mobilidade urbana e segregação do espaço urbano, além das especulações imobiliárias existentes nas áreas centrais e as de transição do rural para o urbano.

A cidade de Pinhalzinho, situada na porção oeste do Estado de Santa Catarina, apresenta população total estimada de 20.313 habitantes, de acordo com IBGE (2019). A área urbana do município de Pinhalzinho compreende as áreas que ficam ao leste e oeste da rodovia BR-282, sendo a área com maior representação urbana a que se localiza a leste, sentido saindo da cidade de Chapecó, conforme mostra no mapa a seguir da Localização do município de Pinhalzinho (Figura 1).

Figura 1: Localização do Município de Pinhalzinho, SC.



Fonte: Elaborado pelo autor, 2016.

O município de Pinhalzinho, fruto do projeto de colonização da “Companhia Territorial Sul Brasil LTDA”, empresa que comercializava as terras do oeste do estado, inclusive o município de Chapecó, possui relação com a mesma, e através do processo de construções de redes físicas, como exemplo a BR-282 e redes virtuais que possibilitaram a integração do território e produziram a expansão do agronegócio. Desta maneira, ao que tange à economia do município, muito se dá pelo agronegócio, distribuída em alguns setores da indústria madeireira, agricultura e comércio, mas, sobressaindo o setor industrial, com um total de 987 unidades empresariais atuantes no município, sendo destaque empresas como a “Cooperativa Regional Itaipu”, “Aurora Alimentos” “Lacticínios Tirol”, “Clarice Eletrodomésticos”, “Eletro Zagonel”, “Serpil Móveis” “Compensados Pinhal”, entre outras. (IBGE, 2015).

Sendo assim, o referente trabalho de pesquisa tem como objetivo geral: Compreender a dinâmica de produção do espaço urbano no município de Pinhalzinho no período recente (pós-2000). Com os objetivos específicos: Caracterizar o espaço urbano da cidade de Pinhalzinho, no período recente (pós-2000); Analisar a estrutura

socioespacial de Pinhalzinho; e Compreender a expansão urbana da cidade de Pinhalzinho.

Para atingir os objetivos propostos, foi construído um referencial teórico, estudando as teorias geográficas sobre o espaço geográfico, a fim de entender como se dá a produção do espaço urbano e a construção das cidades, assim como o processo da formação socioespacial da região oeste e da cidade de Pinhalzinho, objeto de estudo desse trabalho.

A abordagem para esta pesquisa será qualitativa, ao qual se analisará os valores quantitativos e os compreendidos segundo os estudos bibliográficos realizados. Também se utilizará como ferramenta o *Software* gratuito de geoprocessamento Qgis, para elaboração de mapas que possam ser utilizados para interpretação de dados, assim como de localização da área de estudo, também foi realizada pesquisa de campo, na qual analisou o espaço urbano e sua estrutura, através do uso de fotografias.

Sendo assim, este trabalho foi dividido em três capítulos, o capítulo 1 com as considerações teórico-conceituais sobre o espaço geográfico e seus elementos, como o processo de urbanização, produção do espaço urbano, com destaque na contribuição de Lefebvre (1999) acerca das revoluções urbanas e o surgimento das cidades, já que o objeto desse trabalho é uma análise de uma cidade, torna-se relevante entender como as cidades surgiram e seus processos de transformações e sua organização no território.

No capítulo 2 apresento a formação socioespacial da região Oeste de Santa Catarina, assim como a da cidade de Pinhalzinho, desde a sua colonização, a sua emancipação e o modo como a cidade materializou-se no território historicamente.

O capítulo 3 abordará a expansão urbana da cidade de pinhalzinho e sua configuração atual, as transformações da paisagem urbana da cidade, através do uso de fotografias a fim de compreender a expansão urbana da cidade.

CAPITULO 1. PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO E URBANIZAÇÃO BRASILEIRA: REFLEXÕES TEÓRICO-CONCEITUAIS

1.1 Considerações teórico-conceituais sobre o espaço geográfico e seus elementos.

O espaço geográfico, segundo Santos (1997) é um conjunto de sistemas de ações e objetos não separáveis numa visão histórica única, sendo caracterizado pela articulação entre natureza e o homem, numa conjuntura do período técnico, da qual a própria natureza se torna artificial, pois está tecnificada, não podendo se pensar o espaço sem a relação com a sociedade e a natureza e um ambiente que se torna a base física do trabalho humano. Trabalho este que provoca transformações nessa natureza e sofre intervenções em seu ciclo natural. Logo o espaço geográfico;

(...) é formado por um conjunto indissociável, solidário e também contraditório, de sistemas de objetos e sistemas de ações, não considerados isoladamente, mas como um quadro único na qual a história sedá. No começo era a natureza selvagem, formada por objetos naturais, que ao longo da história vão sendo substituídos por objetos fabricados, objetos técnicos, mecanizados e, depois cibernéticos fazendo com que a natureza artificial tenda a funcionar como uma máquina (SANTOS, 1997 apud SUERTEGARAY, 2005, p. 51).

Suertegaray (2005) explica que a leitura do espaço geográfico dá-se através de perspectivas conceituais sobre paisagem, região, território, lugar, ambiente e redes, das quais são considerados, pela autora, como operacionais e provocam leituras diferentes da dinâmica do espaço geográfico.

Para Santos (2012), o conceito de espaço deve ser estudado considerando-o como uma totalidade, cujo método de análise exige a fragmentação do todo, a fim de estudá-lo em partes e avaliá-lo conforme uma variedade de critérios. Essa divisão, segundo o autor, permite, ao seu término, a reconstituição desse todo.

Sendo assim, a de considerar os elemento do espaço e as considerações teóricas, em tempos e lugares, nas quais permitem definir atores que representam os elementos e sua função no espaço, como: o *homem*, cujo a função caracteriza-se na qualidade de fornecedor de mão-de-obra, ou na de candidato a ela, ou mesmo quando não participante da produção é considerado um elemento que tem como consequência a demanda de um certo tipo de trabalho para um outro; as *firmas*, que atendem à demanda de mão –de-obra e realizam a produção de bens , serviços e ideias;

as *instituições*, que produzem as normas, ordens e legitimação; a *infraestrutura*, que são a estruturação material da mão-de-obra aplicada num dado lugar, a fim de, atender a uma necessidade de um homem, uma firma, uma instituição, ou seja, um membro da sociedade total; e por fim, o *meio ambiente*, que é a base física do trabalho humano (SANTOS, 2012).

De acordo com essa especificação dos elementos do espaço, Santos (2012) também explica que tais elementos interagem e são interagidos uns com os outros, como é o caso do homem que pode ser tanto fornecedor (firma) de mão-de-obra, ou como a de uma instituição, no caso de ser ele um cidadão, ou também no caso de uma firma (produtora de bens e serviços), produzir normas, o que seria, por outro lado, função das instituições. Dessa maneira, essa relação entre os elementos do espaço se tornam mais intercambiáveis e extensas, sendo o estudo dessas interações um dado fundamental da análise da compreensão da totalidade social que o espaço tem e o resultado dessas análise constitui um processo social que modela a atuação de cada elemento de forma a modificar o meio natural conforme a necessidade evolutiva que o homem tende a ter. Necessidade da qual, o trabalho do homem extingui o meio natural transformando-o em meio modificado e cada vez mais técnico, sendo considerado como um suporte ecológico para atender as necessidades do homem, das firmas, das instituições, que precisam obter infraestruturas concretas para suas instalações, por exemplo (SANTOS, 2012).

Dessa forma, os elementos do espaço são considerados como conceitos que significam uma abstração extraída da observação de fatos particulares que estão inseridos num conjunto histórico, dentro de uma perspectiva atual, que considera a seu estado em um determinado sistema.

Sendo assim, diante do estado de um elemento, como o mesmo especifica, como sendo o estado onde um elemento se encontra em um dado sistema e em um dado momento histórico e social, deve-se levar em conta a relação variável que um elemento possui em relação ao sistema que o mesmo está inserido, sendo variações quantitativas e qualitativas que esses elementos estão submetidos (SANTOS, 2012). Em face disso, considera-se os elementos como variáveis, de acordo com o lugar, de forma a submeter o elemento a um tipo de valorização no espaço onde o mesmo está inserido. Essa atribuição de valor em um dado lugar, de acordo com o autor, pode trazer resultados diferentes dependendo da sua localização e por isso deve-se analisar um conjunto de fatores, levando em consideração que cada elemento

tem um valor agregado dependendo do contexto como um todo, assim deve-se analisar cada parte para que se possa reconhecer esse todo. Essa análise requer uma classificação, da qual o autor, refere-se uma parcela ou fração que um determinado elemento tem em função aos demais, como o mesmo exemplifica, na forma de uma população (conjunto de vários elementos humanos) que podem ser classificados segundo sua idade, nacionalidade, nível de instrução, entre outros. Dessa forma, o conjunto de relações a serem analisadas depende de uma classificação específica em que o elemento diferencia-se daquele outro elemento, da qual o valor de um pode ser menor ou maior, dependendo de qual contexto classificatório ele pertence (SANTOS, 2012).

Nesse sentido, segundo Santos (2012), o exame das variáveis requer uma observação através da evolução da técnica e do capital, pois a técnica não se faz igual nos diversos lugares, sendo que cada lugar tem uma combinação de variáveis de idades que se diferem a respeito do capital e de sua organização, pois estão ligados e submetidos a um conjunto de normas impostas pela organização que regula e dita regras para as relações de cada variável com as demais.

Contudo, Santos (2012) considera a inter-relação dos diversos elementos e suas variáveis como parte de um sistema, o qual é comandado pelo modo de produção vigente e sofre interação ou até submissão de um sistema maior. Nesse contexto, o valor da variável segue conforme as características próprias, os caracterestécnicos e as características sistêmicas, estabelecidas pelo modo de produção.

Dessa forma, os elementos do espaço fazem parte de uma estrutura sistêmica que evolui conforme a evolução do espaço total, e tal evolução resultam da ação de fatores internos e externos que são frutos de uma relação social e estrutural que se alterna dependendo do lugar. (SANTOS, 2012)

Diante disso, o método da totalidade apresentado por Santos (2012), compreende na prática, uma espécie de jogo, comumente conhecido, como quebra-cabeças, onde as peças são os elementos a serem analisados, diante da figura que é apresentada na caixa, por exemplo. Essa figura, pode ser considerado como o espaço e o quebra-cabeça tem por objetivo desenvolver a pesquisa ou análise de um determinado problema ou prever um certo diagnóstico. A mesa onde é posta para desconstrução (separação das peças) e a reconstrução das mesmas (a totalidade), pode ser considerada como a localização e a toalha posta em cima do sistema.

Dessa forma, o pesquisador para obter entendimento do problema ou prever o mesmo, deve separar as peças/elementos deste quebra-cabeça, conforme uma variedade de critérios, de acordo com a relação variável atual, histórico e social, e submeter cada peça/elemento a uma espécie de valorização ou peso, pois tal valorização advém da localização ou sistema onde esse elemento está inserido, ou seja, sofre alguma interação de um sistema maior, como é caso do sistema de produção vigente, que na verdade, submete alguns elementos a uma submissão no modo em que atuam, e também extinguiu o meio natural e transformou-o em meio modificado.

Além dessa análise, deve também considerar que cada lugar possui variáveis que sediferem a respeito do capital e de sua organização. Após isso, se dá a fragmentação dos elementos, o pesquisador pode reconstituir as peças, montadas nessa mesa/lugar e na compreensão da totalidade, obter um estudo aprofundado de um determinado problema, da qual, as influências internas e externas e as interações que ocorrem entre as peças/elementos se transformam em um dado fundamental para a compreensão da totalidade social que o espaço tem (SANTOS, 2012).

Importante ainda destacar, em desdobramento dos dois conceitos de espaço já mencionados, uma categoria de análise de Milton Santos, o “território usado”, na qual se vê o território como recurso e abrigo.

Para os atores hegemônicos o ‘território usado’ é um recurso, garantia de realização de seus interesses particulares. Desse modo, o rebatimento de suas ações conduz a uma constante adaptação do seu uso, com adição de uma materialidade funcional ao exercício das atividades exógenas ao lugar, aprofundando a divisão social e territorial do trabalho, mediante a seletividade dos investimentos econômicos que gera um uso corporativo do território. (...) Os atores hegemônicos têm o território como um abrigo, buscando constantemente se adaptar ao meio geográfico local, ao mesmo tempo em que recriam estratégias que garantam sua sobrevivência nos lugares (SANTOS et al, 2000, p. 12).

Assim, sob o conceito do território usado, o espaço seria a destinação do que nós recebemos, passivo, sem alteração humana, numa visão do espaço como abrigo, seria a constante adaptação das pessoas no espaço não criado por elas, na busca de garantir sua sobrevivência. Já o espaço na perspectiva da produção, ativo e sujeito a mudanças. Afirma-se na “divisão social e territorial do trabalho”, em conjunto com as organizações sociais e aos “interesses particulares” dos atores hegemônicos que atuam nesse espaço e o consideram como recurso (SANTOS, 2000).

1.2 A produção do espaço urbano

O que é o espaço urbano? Sabemos que o espaço, em sua totalidade, possui elementos fragmentados que interagem em um sistema de objetos na qual fazem parte de uma estrutura sistêmica que se diferencia de um lugar ao outro. Isso ocorreu de acordo com seu grau de evolução urbana, industrial, de capital investido, resultado das ações dos fatores internos e externos que são submetidos ao modo de produção vigente, edesse modo os espaços são configurados para atender este modo de produção.

Para Lefebvre (2000), o espaço social, assim como tempo social, são considerados como produtos da modificação realizada pelas sociedades sobre a “primeira natureza”. Nesse contexto, o da modernidade, a dita urbanização, na qual surgem às cidades, uma explosão de centros urbanos, de certa forma se tornam produtos concebidos pela sociedade no espaço apropriado, um produto a ser consumido não podendo ser assim passivo ou vazio.

Não designando um “produto” insignificante, coisa ou objeto, mas um conjunto de relações, esse conceito [espaço] exigia um aprofundamento das noções de produção, de produto, de suas relações. Como dizia Hegel, um conceito só aparece quando designa, anuncia, aproxima-se de seu fim – e de sua transformação. O espaço não pode mais ser concebido como passivo, vazio, ou então, como os “produtos”, não tendo outro sentido senão o de ser trocado, o de ser consumido, o de desaparecer. Enquanto produto, por interação ou retroação, o espaço intervém na própria produção: organização do trabalho produtivo, transportes, fluxos de matérias-primas e de energias, redes de repartição de produtos. À sua maneira produtivo e produtor, o espaço (mal ou bem organizado) entra nas relações de produção e nas forças produtivas. Seu conceito não pode, portanto, ser isolado e permanecer estático. Ele se dialetiza: produto-produtor, suporte de relações econômicas e sociais. Ele não entra também na reprodução, a do aparelho produtivo, da reprodução ampliada, das relações que ele realiza praticamente, “no terreno”? (LEFEBVRE, 2000, p. 7).

Assim, na dialética do conceito de espaço como produto e produtor, não isolado das relações econômicas e sociais, tem o modo de produção capitalista a se expandir sob o terreno em que o capital atua como o centro motor desse modo de produção. Harvey (2001) relaciona a teoria da acumulação de Marx para ajudar a compreender a estrutura espacial que se faz necessário para que o sistema capitalista vigente possa se instalar no espaço e se reproduzir (LEFEBVRE, 2000; HARVEY, 2001).

Diante disso, surge também a concepção de *organização do espaço*, conjunto com a expressão “espaço-palco”, termo este que colocaria o espaço como um plano de fundo, passivo às transformações, externo às relações e sem influência humana.

Por isso, Carlos (1992) critica este termo usado por muitos geógrafos e argumenta que o espaço está em constante transformação e que é o resultado dos processos de produção.

Nesse contexto, existem duas concepções que são pertinentes as correntes metodológicas diferentes. São elas a da organização do espaço versus a produção do espaço. A primeira pode ser considerada como sendo passiva, numa visão metodológica positivista, o “espaço-palco” como parte inerte, imóvel. Na segunda, denominada como “produção do espaço” ou “espaço-produto”, oriunda do método “crítico-dialético, método este que Lefebvre (1969, apud HENRIQUE, 2002) nos faz pensar, reflexivamente, sobre o objeto de análise, em sua profundidade, numa abordagem crítica e ligada à “compreensão do espaço geográfico”. Ou seja, vai nos permitir entender, na essência, os objetos analisados na percepção do pensamento da geografia crítica (CARLOS, 1992).

Se retomarmos algumas concepções do pensamento geográfico ao longo da história sobre as cidades e destaca que, na escala temporal, no final do século XIX e começo do século XX, percebe-se que tem início certa preocupação com os centros urbanos. Porém os estudiosos da época ainda não haviam chegado a um conceito sobre o espaço e cidade. Foi através do pensamento europeu, no qual vigorava o positivismo na época, que a cidade começa a ser vista com certo “ordenamento”, numa visão organizada de tipo cartesiano. Isso explica o conceito abordado sobre a organização do espaço. Não somente, as cidades viraram sinônimos de organização, adentrando aí o uso do termo. Por isso, elas seriam vistas também como palcos, onde teriam certa ordem, onde as pessoas atuariam em seu meio e a ordem se manteria. A Geografia começa a romper com esta compreensão em seu movimento de renovação crítica, quando passa a considerar a cidade como um objeto em movimento e não como um organismo.

A partir do conceito elaborado por Henri Lefebvre em que o espaço é analisado através das modificações que este sofre pelas transformações no modo de produção, numa abordagem marxista que vincula a análise dos modos de produção ao desenvolvimento da sociedade em geral, O espaço, dessa forma, é conceitualmente produzido pela materialidade e, portanto ela é ativa e está em constante movimento, através das relações de classes que se materializam nesse espaço (CARLOS, 1992).

Nesse sentido, para Lefebvre (1974), ao analisar as transformações do rural e urbano na França, coloca o espaço no centro analítico, deixando de ser um elemento externo e passando a fazer parte da vida das pessoas. Para isso, o processo de produção do espaço poderia se dar da seguinte maneira:

- Produção do espaço --- modo de produção ---- relação de classes --- elemento de contradição (dialética).

De forma que: se o espaço não existisse, não seria necessário produzir.

Retomando Carlos (1992) deve-se entender que o espaço geográfico é o meio, a condição e o produto do processo de desenvolvimento do modo de produção e a cidade como sendo meio de concentração dos meios de produção e de consumo coletivos, além da reprodução da materialidade. Segundo a autora, cada local tem seu próprio perfil e, para saber a evolução dos modos de produção, é preciso entender cada formação socioespacial. Desse modo, a cidade se torna um polo concentrador de funções e serviços que assume um papel de comando no processo de produção e na divisão territorial do trabalho.

Assim, os agentes que produzem o espaço, através das políticas territoriais, estas desenvolvidas principalmente pelo Estado, em que aparece como um fornecedor de infraestruturas, tornam os espaços com diferenciações socioespaciais, na qual alguns espaços possuem grandes chances de obter maiores expansões, sejam elas urbanas ou rurais, como também espaços com menos chances. Um exemplo disso são as rodovias no Brasil, nas quais possibilitam ligações importantes no território e que propiciam a circulação de produtos e de capital.

Já os agentes imobiliários, produzem espaços mais valorizados e outros menos valorizados. Nesse perspectiva, o Estado aparece inerte ao uso igualitário do espaço geográfico. Essas diferenciações que estão presentes na organização das práticas espaciais, assim como nas diversas escalas temporais, são estudadas na geografia de forma sistemática a fim de entender os fenômenos sociais e também na diferenciação de áreas.

Segundo Correa (2007, p. 63) as diferenciações sócio espaciais são de extrema importância para a manutenção do sistema capitalista, assim como para sua reprodução, nas quais produzem os espaços com complexas práticas espaciais. Assim,

(...) o capital industrial e financeiro iria simultaneamente refragmentar e articular a superfície terrestre, estabelecendo instáveis diferenças sócio-espaciais, passíveis de apreensão em diversas escalas, entre elas a da rede urbana e a

do espaço intra-urbano. Essas diferenças sócio-espaciais constituem simultaneamente reflexo, meio e condição para o funcionamento e reprodução do sistema capitalista. É, assim, funcional ao capitalismo, cuja ação apresenta uma dimensão escalar, resultado de complexas práticas espaciais.

Nesse sentido, os espaços passam a ser cobiçados pelo capital, por isso cada agente da produção busca configurar os mesmos com novas configurações, o que leva a busca por novos elementos que possam ser mais valorizados em detrimento a outros, como é o caso das cidades, por possuir maior concentração dos meios de produção e de consumo coletivos, são considerados centrais, assim como numa rede de cidades em que uma pode estar configurada como lugar central em relação as outras cidades. Dessa maneira,

As diferenças sócio-espaciais, tanto na escala da rede urbana como na escala do espaço intra-urbano, resultam da acumulação de inúmeras formas e interações espaciais desenvolvidas em um período de tempo de certa duração. Esse acúmulo, por sua vez, é o resultado de processos e práticas espaciais (CORRÊA, 2007, p. 68)

A divisão econômica e social também classifica os espaços, nas quais padronizam o uso do solo e definem quais serão os espaços do núcleo central dos negócios, assim como o zoneamento das áreas a serem classificadas como periféricas, os bairros e as áreas industriais conforme explica Corrêa (2007, p. 65-66):

A divisão econômica do espaço caracteriza-se por padrões de uso do solo definidores do núcleo central de negócios, de setores da zona periférica do centro, de centros resultantes do desdobramento do núcleo central de negócios, de áreas e eixos comerciais espontâneos ou planejados, hierarquizados ou especializados, de áreas industriais distintas de acordo com a localização, idade, dimensão e conteúdo produtivo, e a franja rural-urbana, entre outros usos.

Dessa forma, as cidades são o meio e a forma em que o sistema capitalista encontra para sua reprodução, sendo assim as cidades consideradas pequenas, em que ainda não sofreram tantas modificações e atuações dos agentes que produzem o espaço, são, de certo modo, um campo cobiçado, principalmente as cidades localizadas próximas a algum centro urbano regional, como na rede urbana de cidades, em que há um polo central e que surge interesses dos diversos agentes para

promoverem a integração, ocupação e expansão para o desenvolvimento dessas cidades pequenas.

1.3 Cidades, Urbanização Brasileira e o crescimento das pequenas cidades

Como visto no tópico anterior, cidade se caracteriza como um meio de concentração dos meios de produção e de consumo coletivos, além da reprodução da materialidade. Para isso, o urbano ganha forma no território e constitui-se por meio do processo de urbanização das cidades.

Para Harvey (1979 apud Correa, 1997) as cidades são a combinação da concretização dos processos sociais em construção no espaço físico, ou seja no espaço geográfico. Essa construção, segundo Correa (1997), seria o reflexo da sociedade tendo em vista o tempo histórico ao qual foi submetido.

Para entender esse processo de urbanização, tendo em vista o contexto histórico em que as cidades foram sendo transformadas e compreender como se configura a cidade hoje, se faz pertinente verificar como que foi esse processo a partir dos estudos de Lefebvre (1999), das revoluções urbanas.

Com as cidades surgindo em primeiro grau na chamada primeira revolução urbana de Lefebvre, com ausência da propriedade privada e de qualquer coisa que possa se assemelhar a um Estado regulador, tem sua produção baseada no modo de produção asiático, na qual se tem a mão-de-obra escrava. As cidades na primeira revolução eram urbanas, não passaram pelo processo de urbanização e também não haviam separações espaciais do que era considerado urbano e rural, até porque a agricultura nesse primeiro momento se dava na cidade (LEFEVBRE, 1999).

Um exemplo dessa forma de cidade constituída na primeira revolução urbana foi a cidade de *Çatal Huyuk*, descoberta através de estudos científicos no campo da arqueologia, e analisada por Soja (2008), que considera a cidade, na primeira revolução urbana, um agente condicionante nas mudanças da sociedade, com modelo de produção ocorrendo dentro da cidade - uma agricultura urbana, poder-se-ia dizer. Essa cidade, segundo este autor, existiu há cerca de 10 mil anos atrás no período caracterizado por ele de Epipaleolítico. Ainda de acordo com Soja (2008), “*Catal Huyuk*” surgiu como o primeiro registro comprovado do que seria uma aglomerado urbano, com características matriarcal, cujo seu modo de produção era de uso comunitário com uma produção de subsistência (SOJA, 2008).

Na segunda revolução urbana, as cidades passaram por um processo de desenvolvimento acelerado e atravessaram algumas fronteiras, confrontando e subordinando outros povos e dando essência para uma série de relações importantes dentro das cidades (característica marcante do Império Romano). A mudança nos modos de produção colocava a agricultura como polo fundamental e a cidade era responsável pelo controle do excedente. Surge, logo, uma hierarquização da organização dentro da cidade, a qual dá início ao processo de divisão de classes. À medida que estas principais cidades cresciam, expandiam-se também os planos urbanos para as demais regiões subordinadas (LEFEBVRE, 1999, 2001).

Na terceira Revolução Urbana, as cidades se transformam, passam a crescer rapidamente, resultado da rápida industrialização, que é um produto da cidade e estimula o crescimento desta. Uma das principais características desse processo é a maior concentração populacional nas cidades, o que resulta num aumento do urbano referente ao rural, tendo em vista uma economia de aglomeração. A cidade, assim, passa a ser organizada pelas divisões do trabalho, por classes, modelos quadrangulares e retangulares, tendo o urbanismo como um modo de vida, promovendo dessa forma, mudanças nos processos sociais e espaciais, uma dialética socioespacial (LEFEBVRE, 1999).

Dessa forma, ao analisar as transformações na história das cidades de acordo com Soja, (2008), o ser humano tem a tendência em aglomerar-se, isso se dá porque a vida em conjunto torna-se mais fácil, a sobrevivência. Então, nesse processo de aglomeração as cidades explodem, como dito inicialmente, as antigas formas urbanas, chegando no que Lefebvre, (1999) formula como a “urbanização completa da sociedade”, uma sociedade que surge desse contexto geo-histórico e que se configura na atual formação socioespacial, numa “sociedade burocrática de consumo dirigido”, (LEFEBVRE, 2001, p. 26).

O Brasil, diferente de outras nações, se analisarmos seu processo de urbanização, de acordo com os estudos de Lefebvre, ocorre na Terceira Revolução Urbana, com a evolução da então cidade colonial, comercial, industrial e por fim cidade global.

Já nos estudos de Santos e Silveira (2001), desde o processo de ocupação efetiva do território e industrialização deste, há problemas com a periodização dos elementos sobre a história do território brasileiro. Uma das periodizações mais comuns

de se analisar essa história e que facilmente encontramos nos livros didáticos de história e que é criticado por Manuel Correia de Andrade (1995, p. 43, apud SANTOS; SILVEIRA, p. 26, 2001) é o dos ciclos econômicos do pau-brasil, do açúcar, do ouro e diamantes, algodão entre outros.

Já a concepção de análise apresentada por Santos e Silveira (2001) é da análise por períodos de sucessões de meios geográficos, são eles os meios “naturais”, “os meios técnicos e meio técnico-científico-informacional”. O primeiro período, classificado pelos autores como “natural”, relaciona o uso do território comandado pelos grupos indígenas, com a chegada dos europeus e suas instalações e a busca por técnicas para superar as adversidades e adaptar-se ao sistema natural, considerado um período “pré-técnico”.

Na segunda, os meios técnicos, buscava-se dominar a natureza, e a organização do território numa tentativa de integração do território do território nacional e de redes geográficas, como a construção das estradas de rodagem e das ferrovias, da urbanização do interior e da nova industrialização, e da hegemonia da cidade de São Paulo, como explicam Santos e Silveira (2001 p. 27 e 28):

Uma segunda grande fase é a dos diversos meios técnicos, que gradualmente buscam atenuar o império da natureza. A mecanização seletiva desse verdadeiro conjunto de “ilhas” que era o território exige que se identifiquem subperíodos. As técnicas pré-máquinas e, depois, as técnicas da máquina- mas apenas na produção – definem o Brasil como um arquipélago da mecanização incompleta. Mais tarde, com a incorporação das máquinas ao território (ferrovias, portos, telégrafo), estaríamos autorizados a apontar um meio técnico da circulação mecanizada e da industrialização balbuciante, caracterizado também pelos primórdios da urbanização interior e pela formação da Região Concentrada. No pós-guerra sobrevém a integração nacional, graças à construção de estradas de rodagem, à constituição do estabelecimento das ferrovias e a uma nova industrialização. Dá-se uma integração do território e do mercado, com significativa hegemonia paulista.

O terceiro período é do meio técnico-científico-informacional, caracterizado pela influência das telecomunicações, período em que não somente as máquinas de produção ganham espaço no território, mas também as “máquinas de circulação”. (SANTOS; SILVEIRA, 2001, p. 37).

Nesse período, Santos e Silveira (2001) destacam a rede brasileira de cidades, com a integração nacional mais presente, através da técnica, no território as redes geográficas começam a ser implementadas, para que com isso a integração nacional e as ligações urbanas se desenvolvam no território. Assim como, as comunicações

internas, que reforçam a presença do Estado no desenvolvimento e crescimento do urbano nas cidades a partir de uma “ideologia do consumo, do crescimento econômico e do planejamento” que impulsionaram a reconstrução dos espaços nacionais, assim como uma nova divisão do trabalho com a implementação dos complexos e polos industriais em diversas regiões do país, que surgiram da necessidade de produção a partir do beneficiamento, transformação da matéria-prima, como da produção de derivados do petróleo.

Além desse processo, a modernização da agricultura também causou impacto nessa nova divisão do trabalho, assim como nas estruturas urbanas, e nos espaços urbanos dos municípios, no movimento de migrações das populações rurais para as cidades, como também a expansão das fronteiras agrícolas que ocasionaram muitas transformações no território brasileiro, com o “capital” ao qual se torna o comandante do território, e a natureza torna-se subjugada e explorada para atender ao “mito” do desenvolvimento econômico. (SANTOS; SILVEIRA, 2001; CAVALCANTE, 2002).

Nesse contexto, as cidades tornam-se funcionais e econômicas, onde a diversidade regional propõe funções diversas, com cidades centrais com urbanização concentrada e a metropolização, como explica Santos (1993, p. 69):

A partir dos anos 70, o processo de urbanização alcança novo patamar, tanto do ponto de vista quantitativo, quanto do ponto de vista qualitativo. Desde a revolução urbana brasileira, consecutiva à revolução demográfica dos anos 50, tivemos primeiro, uma urbanização aglomerada, com aumento do número – e da população respectiva – dos núcleos com mais de 20.000 habitantes e, em seguida, uma urbanização concentrada, com a multiplicação de cidades de tamanho intermediário, para alcançarmos, depois, o estágio de metropolização, com aumento considerável do número de cidades milionárias e de grandes cidades médias (em torno do meio milhão de habitantes).

Importante aqui frisar a conceituação da classificação das cidades pelo método quantitativo do uso de série estatística pelo tamanho da população, na qual sofreram algumas alterações em decorrer do tempo. Santos (p. 70, 1993) explica que devemos ter cuidado nessa análise que pode possuir, no tempo histórico, significados diferentes.

Sendo assim, para este trabalho usaremos a classificação do IBGE (2017) na qual utiliza-se do método de análise da densidade demográfica.

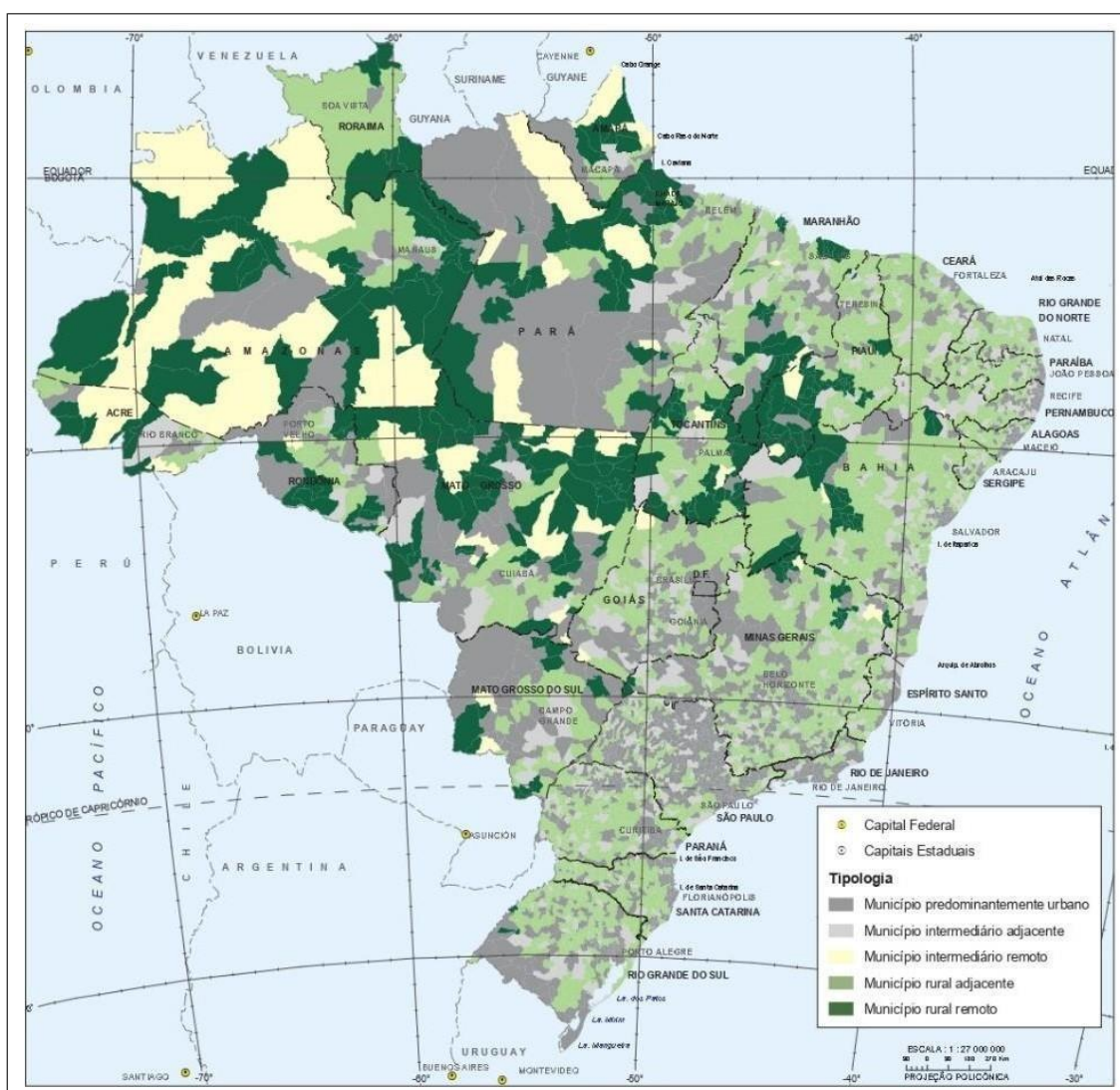
O critério fundamental escolhido para essa metodologia é a densidade demográfica, alinhada com tipologias bem aceitas internacionalmente como a da OCDE e União Europeia [...]. Essa escolha facilita a comparabilidade dos

resultados brasileiros com um número significativo de países. Além disso optou-se por considerar o critério de acessibilidade a centros com alto nível hierárquico em relação a rede urbana. Desse modo, buscou-se critérios alternativos e complementares àqueles mais frequentes em tipologias oficiais: a patamares demográficos de localidades e a de critérios legais – que vigora atualmente no País. (IBGE, 2017, p.41).

Ademais, outros critérios de análise estão sendo propostas com metodologia que leva em consideração a “localização em relação aos principais centros urbanos e tamanho da população”, com a classificação dos municípios em cinco tipos: “urbano, intermediário adjacente, intermediário remoto, rural adjacente e rural remoto” além da utilização da densidade demográfica (AGENCIA DE NOTICIAS IBGE, 2020).

Nas figuras 2, 3 e 4 a seguir já é possível ver essa nova classificação, em que mostra a tipologia municipal rural-urbano do território nacional, assim como a do grau de urbanização e da população total em mancha de ocupação densa. Os mapas mostram como se configura o território brasileiro levando em consideração as características demográficas.

Figura 2: Tipologia municipal rural-urbano no território brasileiro (2010)

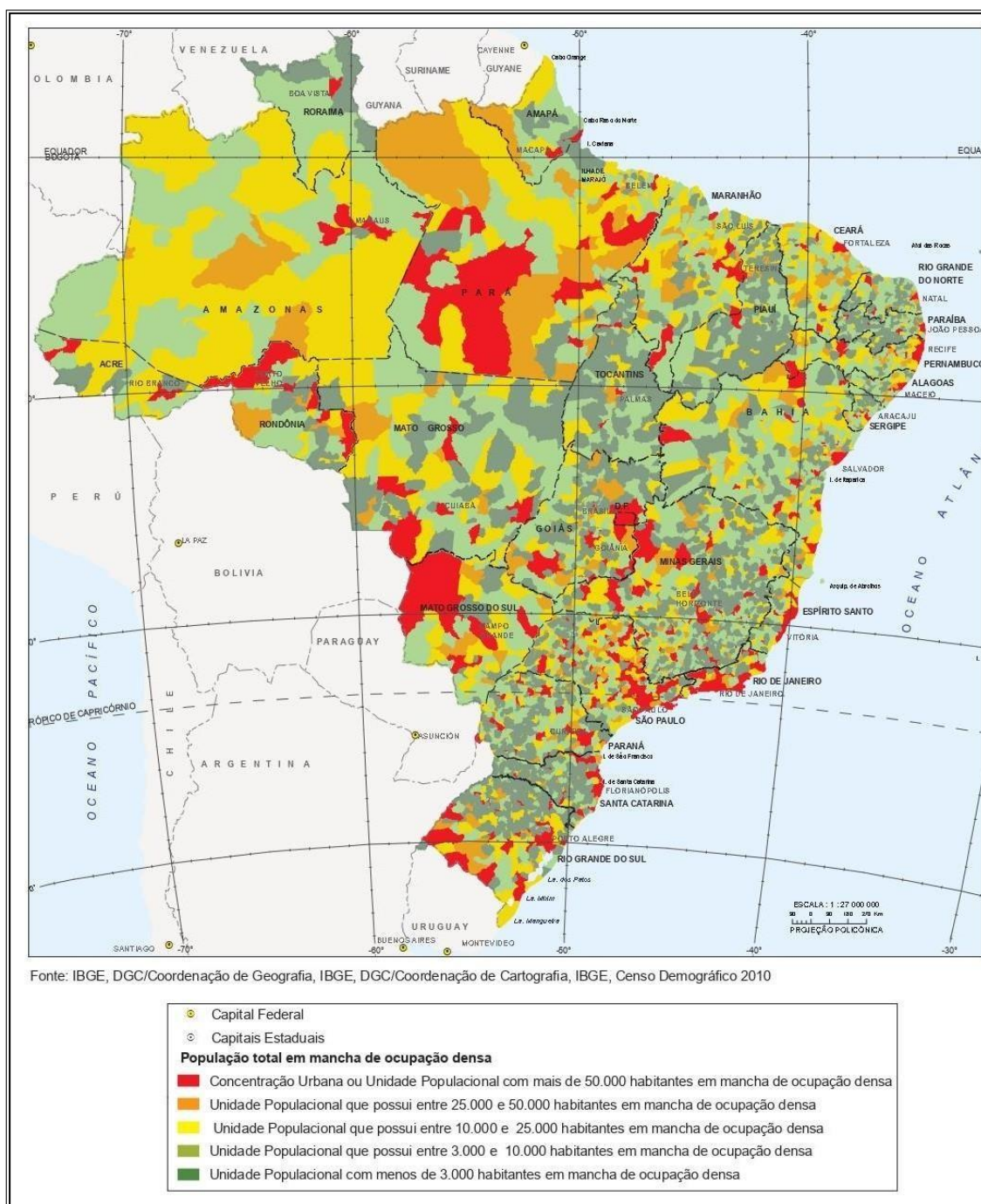


Fonte: IBGE, 2017

Na figura 2, observa-se que na região sul do país há a predominância de municípios que apresentam a tipologia do rural, assim como no estado de Santa Catarina com alguns municípios, principalmente no litoral catarinense com municípios apresentando a predominância urbana.

Já na figura 3 é possível ver como a ocupação do território brasileiro é mais denso em alguns municípios, sobretudo nos municípios próximos ao litoral. No estado catarinense podemos observar que a população da região oeste do estado apresenta uma população em mancha de ocupação em menor densidade.

Figura 3: Mapa da população total em mancha de ocupação densa no território brasileiro (2010).



Fonte: IBGE, 2017.

Nesse sentido, o território brasileiro, em particular o seu processo de urbanização e organização de seu ordenamento territorial, mostra que em muitos pontos do território há formas de ocupação com maior e menor grau de urbanização, assim como a tipologia urbano-rural presente no território, o que mostra que o território brasileiro possui grande proporção de espaços com pouca ou com menor ocupação urbana. Na Figura 4 podemos constatar o grau de urbanização dos municípios

brasileiros, em que nas regiões localizadas no litoral e alguns estados como São Paulo, Rio de Janeiro há um grau elevado de urbanização, já nas regiões do norte do país esse grau de urbanização é bem menor, Já a região oeste de Santa Catarina, onde está localizada o município de Pinhalzinho, o grau de urbanização também é menor, comparado com os municípios do litoral catarinense que tiveram sua expansão urbana antes mesmo que esse território fosse ocupado.

Figura 4: Grau de urbanização nos municípios brasileiros (2010)



Fonte: IBGE (2010).

Assim, com o processo de urbanização, as cidades brasileiras ganharam formas e características ao qual o fenômeno da segregação urbana se torna visível no espaço urbano, especialmente nos grandes centros urbanos. Mas, em especial as

idades pequenas esse fenômeno tem apresentado maiores desafios, principalmente na questão de infraestrutura urbana de ligação e a mobilidade urbana.

Mais adiante, no capítulo 2, será discutida a formação socioespacial da região oeste de Santa Catarina e principalmente do município de Pinhalzinho, objeto de estudo desse trabalho, será mostrado como o território da região oeste teve uma ocupação tardia e conseqüentemente a sua expansão urbana também é recente em comparação com municípios do litoral catarinense.

CAPITULO 2: FORMAÇÃO SOCIOESPACIAL DO OESTE DE SANTA CATARINA E DO MUNICIPIO DE PINHALZINHO

2.1 Formação socioespacial da região Oeste de Santa Catarina

O processo de formação do território no estado catarinense teve como influência as particularidades geomorfológicas, como o relevo, a estruturação fundiária e sua influência na formação sociocultural no território, as divisões político-administrativo e de terras em que se proporcionaram infraestruturas e condições produtivas essenciais para a formação de uma rede urbana composta por cidades de médio e pequeno porte, organizada em vários polos micro regionalizada, com características econômicas diversificadas. (SIEBERT, 2011; ANJOS, 2007 apud FUJITA, 2013).

Assim, cada região do estado possui uma especificidade econômica, como a região de Florianópolis com destaque para setores como tecnologia, turismo, serviços e construção civil, a região norte com a indústria moveleira e metal mecânico, além do polo tecnológico, planalto serrano com as indústrias de papel e celulose, região sul com destaque para o segmento de vestuário, cerâmico, carbonífero e plástico descartável. No Vale do Itajaí têm-se a indústria têxtil e a região oeste a agroindústria de produção alimentar e moveleira (SEBRAE, 2013).

A região oeste do território de Santa Catarina, considerada uma região agrícola, com sua configuração territorial voltada ao agronegócio, tem no município de Chapecó como o principal polo econômico regional.

Segundo Alba et al. (2015) a região oeste de SC surge de uma disputa territorial federativo entre o Brasil e Argentina e depois a disputa nacional se deu entre os estados de Santa Catarina e Paraná, a qual só teve fim no ano de 1916.

A disputa entre o Brasil e a Argentina pela posse do Território foi resolvida a favor do Brasil, mediante o juízo arbitral dos Estados Unidos, em 1884. Começou, entretanto, a disputa doméstica entre os estados do Paraná e Santa Catarina. A região, na verdade, tinha seu centro administrativo no município paranaense de Palmas, ao qual pertenciam, entre outros, os distritos de Campo Erê, Chapecozinho, Xanxerê, Passo do Carneiro (atual Passo Bormann). (ROSSETO, 2014, p. 258)

Durante esse período de disputa, entre os estados do Paraná e Santa Catarina, o território foi palco de conflitos sociais relacionada a posse daquelas terras, o que deu origem a “Guerra do Contestado” (ALBA et al., 2015).

Segundo Rosseto (2014, p. 260), a região oeste e extremo oeste de Santa Catarina foi supostamente ignorada na então disputa pela Guerra do Contestado.

O Oeste e Extremo-Oeste de Santa Catarina, do ponto de vista puramente geográfico-espacial, não fazem parte da precisa região que se transformou em palco e cenário de lutas sangrentas que constituíram a “Guerra do Contestado”. Esta exclusão, entretanto, não pode ser admitida do ponto de vista histórico-cultural. O Oeste e o Extremo-Oeste, na verdade, faziam historicamente parte de toda a região “Contestada” pelos Estados do Paraná e Santa Catarina. Além e em função disso, o Oeste e o Extremo-Oeste Catarinense só passaram a ser efetivamente ocupados por imigrantes gaúchos depois que essa guerrilha foi sufocada pelas forças regulares do governo. Equivale dizer que a área foi efetivamente varrida dos remanescentes caboclos que poderiam reivindicar o uso e a posse daquelas terras, como representantes ou descendentes dos primeiros ocupantes.

Conforme Ferrari (2010) apud Alba et all. (2015, p. 43):

O poder central permite a entrada de empresas estrangeiras na área contestada, para explorar recursos naturais, como madeira e ocupar terras devolutas já ocupadas por uma classe social, já marginalizada. (...) Essa área compreendia todo o planalto catarinense entre Rios do Peixe e Peperi-guaçu, isto é desde Curitiba e Campos Novos, até Dionísio Cerqueira.

Essa disputa só teve um desfecho após a intervenção do então Presidente da República Venceslau Braz, no ano de 1917. Com o fim da disputa e início do processo de colonização as migrações se intensificaram neste território, principalmente por descendentes de imigrantes italianos advindos do Rio Grande do Sul. De acordo com Rosseto (2014, p. 260),

A colonização se processa, principalmente, em consequência da expansão da área colonial procedente do Rio Grande do Sul. A frente de expansão agrícola, instalada no noroeste do Rio Grande do Sul, foi intensificando seu avanço para o interior de Santa Catarina, composta, em regra, por descendentes de imigrantes, particularmente italianos. Desde o momento em que se solucionou a questão do Contestado, as grandes e promissoras potencialidades de colonização do Oeste Catarinense proporcionaram, a alguns empresários, a obtenção, do governo catarinense, de enormes concessões de terras, para promover esse processo de colonização, envolvendo a aquisição de títulos e direitos de herdeiros de antigos sesmeiros e fazendeiros vindos do norte, mais precisamente de São Paulo e, especialmente, do Paraná.

Não obstante, essa colonização “conquistada” acarretou diversos conflitos internos referente aos povos indígenas que ali habitavam, reduzindo e ao passar dos anos segregando-as dos espaços urbanos.

Através dessas duas frentes, mas especialmente da segunda, a colonização conquistou definitivamente a região. A população indígena foi reduzida para aproximadamente de 4.400 pessoas que vivem hoje na reserva de Xanxerê e no Toldo Chimbanguê. Os sertanejos, que através de um processo de intrusão, precederam os colonizadores imigrantes, também desapareceram destruídos, diluídos ou absorvidos pelo novo sistema que se instalava caracterizado como pioneirismo colonizador, de imigrantes gaúchos que levavam para o Oeste o processo da competição pela ânsia do lucro. A preocupação passou a ser exploração dos recursos florestais e o cultivo do solo, agressivamente. (ROSSETO, p. 261, 2014).

Segundo Bavaresco, (2005, apud Alba et al, p.43, 2015) a disputa pelo território do oeste catarinense se deu pela “riqueza da erva mate e das araucárias”. Os conflitos presentes nesse território ocasionaram o chamado processo de colonização tardio, se comparado com outras regiões do estado de Santa Catarina.

Segundo Alba et al. (2015) a ocupação da região se “caracterizou pela pequena propriedade com cerca de 30 hectares”. Elas foram colonizadas por “companhias colonizadoras, responsáveis também pelos trabalhos de divisão de lotes, aberturas de acessos, negociação, incentivos a construção de igrejas, escolas e comercio etc.”

Até então, nessa região, até os anos 80, o que prevalece é o sistema de produção acerca da pequena propriedade, com pequenos agricultores exercendo atividades agrícolas e de pecuária, de certo modo uma produção de subsistência e de excedente que posteriormente era comercializado no comercio local, o que configurou pequenos núcleos urbanos e o surgimento de frigoríficos responsáveis pelo abate de suínos (ALBA et al., 2015).

Com o surgimento e o desenvolvimento das agroindústrias na região, as pequenas propriedades, que antes estabeleciam um comercio local independente, passam a ser fornecedoras de matérias-primas para as agroindústrias. As relações econômicas passam a ser de agricultores e agroindústrias (BAVARESCO, 2005 apud ALBA et al., 2015).

Alba (2013) explica que o Estado foi o grande articulador e o principal agente no processo de formação da agroindústria do oeste catarinense. Para a autora:

O Estado é também considerado agente importante na formação regional. Sua participação para o desenvolvimento e estruturação das empresas agroindustriais na região oeste aconteceu através do intercâmbio entre o conhecimento dos agricultores dentro de uma lógica de modernização agrícola, a formação da infraestrutura necessária para o desenvolvimento destas empresas no município equipando o território com energia elétrica, estradas e pontes etc., o financiamento às agroindústrias da região e a participação política dos donos dos frigoríficos nos cargos de governança do Estado, gerando uma articulação Estado-empresariado (ALBA et al., 2015, p. 45).

Ainda segundo a autora, a partir da concorrência, as empresas frigoríficas de pequeno porte, que já estavam instaladas no território, foram absorvidas pelas maiores fazendo com que a região oeste do estado se torna-se um oligopólio de agroindústrias (ALBA, 2013).

Diante do contexto histórico, a região oeste, principalmente a região que compreende Chapecó, se constitui socioespacialmente como uma região do agronegócio, tendo sua formação socioespacial voltada a práticas econômicas agroalimentares, e com seu processo de urbanização voltado a atender as demandas desse modo de produção. Logo,

Tal situação se dá, principalmente, porque o agronegócio tem o poder de impor especializações territoriais cada vez mais profundas. As demandas das produções agrícolas e agroindustriais intensivas tem o poder de adaptar as cidades próximas às suas principais demandas, em virtude de fornecerem a grande maioria dos aportes técnicos, financeiros, jurídicos, de mão de obra e de todos os demais serviços necessários à sua realização. Quanto mais intensiva e globalizada a agropecuária, mais urbana se torna sua região, dinamizando o terciário e, conseqüentemente, a economia urbana. Isto evidencia que a cidade que se realiza a gestão e a normalização das transformações verificadas nos pontos luminosos (SANTOS, 1996) do espaço agrícola, sendo que estas se dão, em parte, na escola local ou regional (ELIAS, 2007 apud ALBA, 2015, p. 49).

Esse processo de ocupação da região oeste catarinense constitui também, um processo de integração territorial com políticas territoriais para atender interesses de diversos agentes que buscavam integrar efetivamente a região oeste ao resto do Brasil tendo como principal enfoque o agronegócio. (ALBA, 2002; ECKERT, 2002).

Nos dias atuais, segundo Santos et al. (2019), a região oeste, onde esta localizada a cidade de Pinhalzinho, é considerada interiorana, com a cidade de Chapecó sendo seu principal polo regional com população de mais de 200 mil habitantes.

Atualmente [...] o oeste catarinense é considerado uma região de interior e caracterizada por possuir diversas cidades pequenas e territórios rurais

[...]. Chapecó é a única cidade considerada polo regional de destaque, com população de 210 mil habitantes aproximadamente (IBGE, 2016). Possuindo essas características, a região se desenvolveu com base na produção rural, principalmente na suinocultura e avicultura, as quais eram comercializadas para agroindústrias da região, localizadas principalmente na cidade de Chapecó (SANTOS, 2015 apud SANTOS et al., 2019, p. 6).

De acordo com o processo de urbanização, em que as cidades brasileiras ganharam formas e características, em especial as cidades pequenas o fenômeno da urbanização tem apresentado maiores desafios, principalmente na questão de infraestrutura urbana de ligação e a mobilidade urbana.

No caso do Estado de Santa Catarina, a estruturação urbana se dá sobretudo pela rede de pequenas cidades, estruturadas a partir de centros urbanos regionais de porte médio. O oeste catarinense se especificou pelo agronegócio, tendo a cidade de Chapecó como um centro regional, exercendo grande influência em seu entorno. Com isso, algumas das pequenas cidades localizadas nas proximidades de Chapecó, como é o caso de Pinhalzinho, tem também se destacado na região, com expressivas taxas de crescimento urbano e indicadores econômicos crescentes, em comparação com outras cidades pequenas da microrregião de Chapecó. Tais fatores chamam a atenção para o objeto geral deste estudo, que visa analisar a situação geográfica da cidade de Pinhalzinho na rede urbana regional da microrregião de Chapecó, com uso das categorias conceituais de rede, formação espacial e situação geográfica, num aporte metodológico de uma pesquisa qualitativa, na qual utilizará de pesquisa documental para análise dos processos que explicam a formação territorial, além do uso de fontes locais para compreender os eventos do presente e do passado recente da cidade e dados levantados a partir de trabalho de campo e dados secundários para a análise do “peso” regional de Pinhalzinho, no recorte territorial da microrregião de Chapecó.

Nesse sentido, a rede urbana pode ser definida, conforme Corrêa (2006, p. 7), como um “Conjunto funcionalmente articulado de centros urbanos e suas hinterlândias”, envolvendo uma diferenciação complexa entre cidades numa determinada região. Por meio dela, realiza-se o ciclo de reprodução do capital e a divisão territorial do trabalho, além de influenciar a vida política. A combinação entre a diferenciação funcional dos centros urbanos e singularidades quanto ao seu tamanho e especializações produtivas, consolidam a rede de cidades, hierarquizando-as e diferenciando-as socioespacialmente (CORRÊA, 2007).

Na comparação com a rede de pesca, a rede urbana representa um conjunto articulado de cidades com diversas ligações e localizações que permitem várias interconexões, as quais os nós podem significar a origem e a hierarquia que um centro urbano pode significar ao outro, tendo as redes geográficas um importante papel no modo de circulação e produção do espaço, assim como na organização das relações existentes entre as cidades (SOUZA, 2015).

Dessa forma, para que se possa entender como que se dá essa diversidade de centros urbanos existentes é necessário compreender os elementos que Corrêa (2000, p.121) classifica como a “gênese dos centros, o tamanho deles, a densidade que perfazem no espaço, as funções urbanas e relações espaciais que delas derivam”, além de outros elementos que ele caracteriza como de “natureza política, social e cultural” ao qual o mesmo autor coloca como elementos “menos frequentes na literatura”, mas que possibilitam uma agregação aos demais elementos. Este autor também menciona os trabalhos dos geógrafos Berry e Barnum, no estudo da estrutura da rede urbana, sobre a “densidade, tamanho e funções dos centros”, como também o conceito de formação socioespacial de Milton Santos (CORREA, 2000).

Sendo assim, a cidade Pinhalzinho apresenta uma posição geográfica diferenciada na rede urbana regional, segundo o estudo Região de Influência das Cidades (REGIC) (IBGE, 2008). Neste, Pinhalzinho é classificada como “centro de zona A”, na Região de Influência de Chapecó, que significa que essa cidade possui alcance espacial de outros centros urbanos com influência local, além de equipamentos e serviços que atraem populações, através da oferta de bens e serviços, (IBGE, 2008).

Apesar da referida importância da cidade de Pinhalzinho no contexto microrregional, não há muitos estudos geográficos sobre a temática proposta, inclusive dados mais atualizados que possam contribuir com a análise da situação geográfica de uma cidade pequena, uma vez que os estudos realizados sobre rede urbana se concentram em cidades metropolitanas e médias.

menores, como Saudades, e que permitia a circulação de cargas. Pinhalzinho foi fundada 30 de dezembro de 1961, tem seu contexto histórico ligado ao do município de Chapecó, por um processo de ocupação que faz parte de uma política territorial, que ao longo do século XX, teve a atuação de empresas que ganhavam a concessão para explorar e comercializar essas terras que, muito antes, já haviam sido habitadas por indígenas, caboclos fugidos da região do Contestado, grupos revolucionários da Revolução Constitucionalista de 1932, entre outros povos (ECKERT, 2002; FUJITA, 2013).

No caderno de desenvolvimento do Sebrae (p. 12, 2019), a ocupação do território pela população cabocla já se mostra presente nos anos de 1914.

Pelos anos de 1914, as terras que hoje pertencem ao município de Pinhalzinho, foram sendo habitadas por “caboclos”, isto é, brasileiros de origem, que se estabeleceram no Oeste, porém, não constituindo núcleos povoados, pois eram trabalhadores de “empreitadas” ou “mascates”. Sendo assim, estes caboclos abriram as primeiras picadas nesta região.

Colonizado principalmente por migrantes gaúchos de descendência alemã desde o ano de 1930, fruto da atuação da Companhia Territorial Sul Brasil, o território que hoje configura o município de Pinhalzinho já era ocupado por caboclos desde o final do século XIX, na qual disputavam essas terras ocorrendo o despejo dessa população cabocla com o amparo do Estado para que as terras pudessem ser comercializadas. (FERRARI, apud BAUERMANN E BRANDT, 2016).

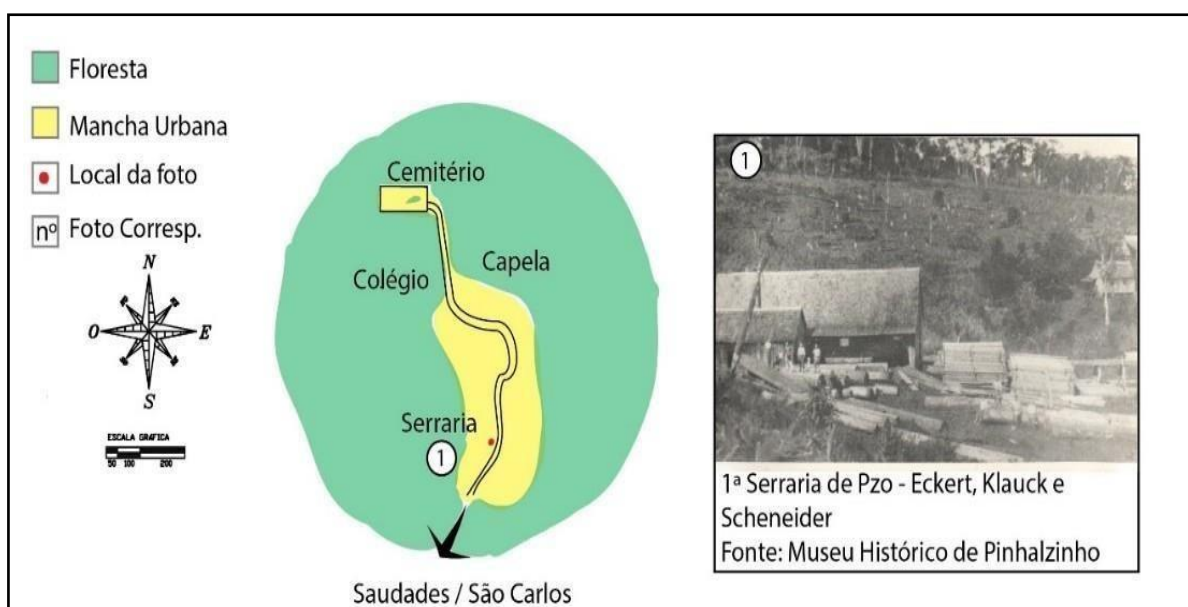
Ainda conforme os autores, Pinhalzinho, em seu processo de colonização, também passou a receber a intervenção sobre a vegetação de seu território, através das empresas madeireiras, que passam a atuar desde o ano de 1940. Com isso as terras desmatadas deram início a exploração agrícola e a produção de suínos no município. Essa exploração, principalmente na presença de serraria instaladas nesse período, tornava a indústria madeireira a principal atividade econômica do município.

A atividade econômica da indústria madeireira e a produção agrícola desenvolvida no território de Pinhalzinho, bem como a construção da BR-282, que liga o estado catarinense de leste ao oeste, impulsionaram o desmembramento deste território de Chapecó e fez com que Pinhalzinho se emancipa-se em 1961, através da Lei nº 780.

A Figura 6, que representa o núcleo de ocupação inicial de Pinhalzinho, por volta de 1934, podemos ver a construção das primeiras edificações no espaço

geográfico e a presença da primeira serraria, o que afirma a transformação do espaço com a retirada das árvores e construções de objetos que simbolizam a nova “colonização” daquele lugar, como a Capela, Cemitério e o modo de produção vigente daquela época, a serraria. Também é possível identificar fragmentos de uma urbanização do espaço.

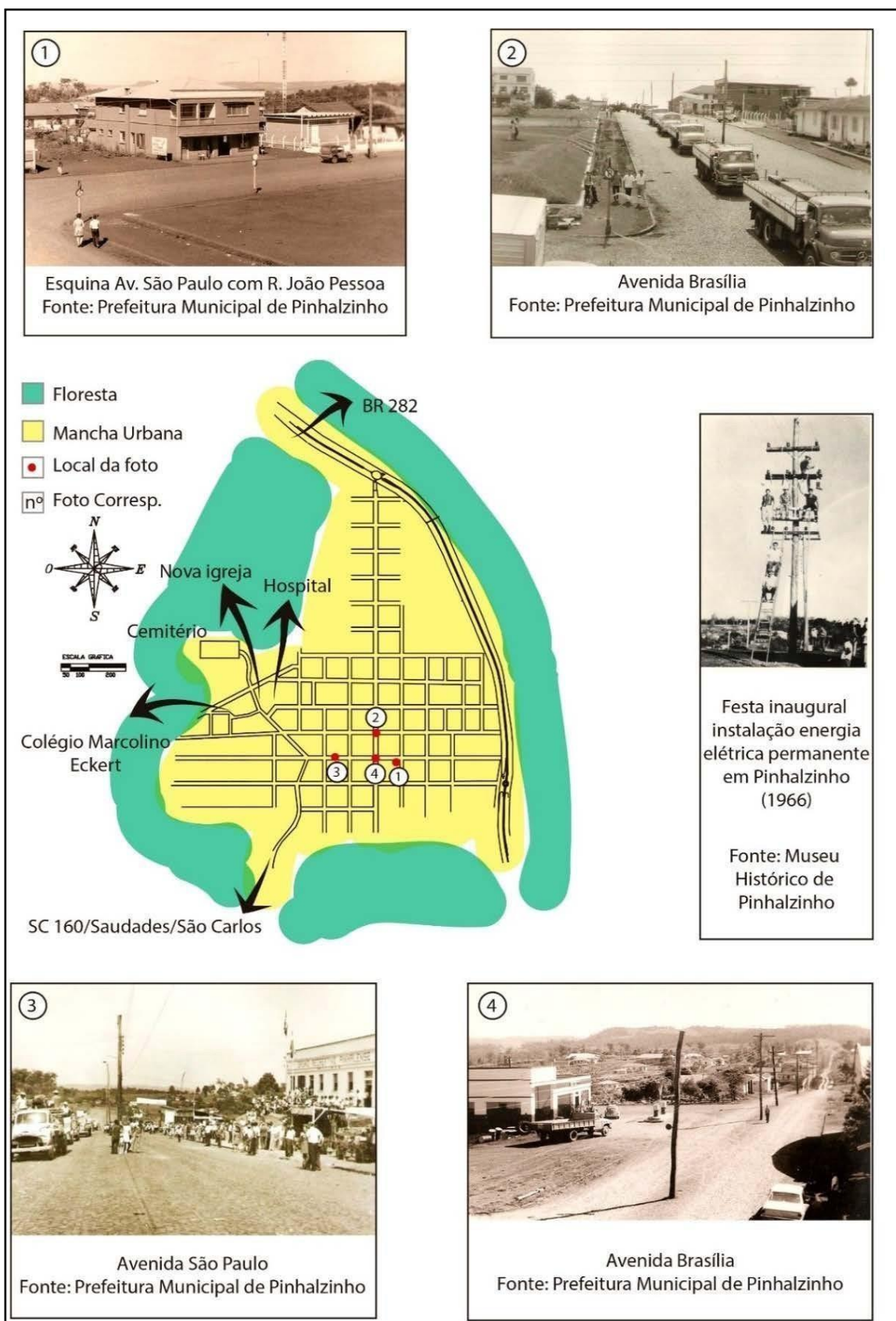
Figura 6 – Pinhalzinho no ano de 1934



Fonte: Salvini, 2018

Na figura 7, que reúne imagens e uma planta do núcleo urbano de Pinhalzinho nos anos de 1960, onde a primeira igreja foi construída no lugar da antiga capela. Nas imagens também é possível notar que a mancha urbana já se torna maior no espaço em contrapartida a floresta foi sendo desmatada, podemos observar que novas construções foram sendo realizadas, como o Colégio Marcolino Eckert e o hospital da cidade.

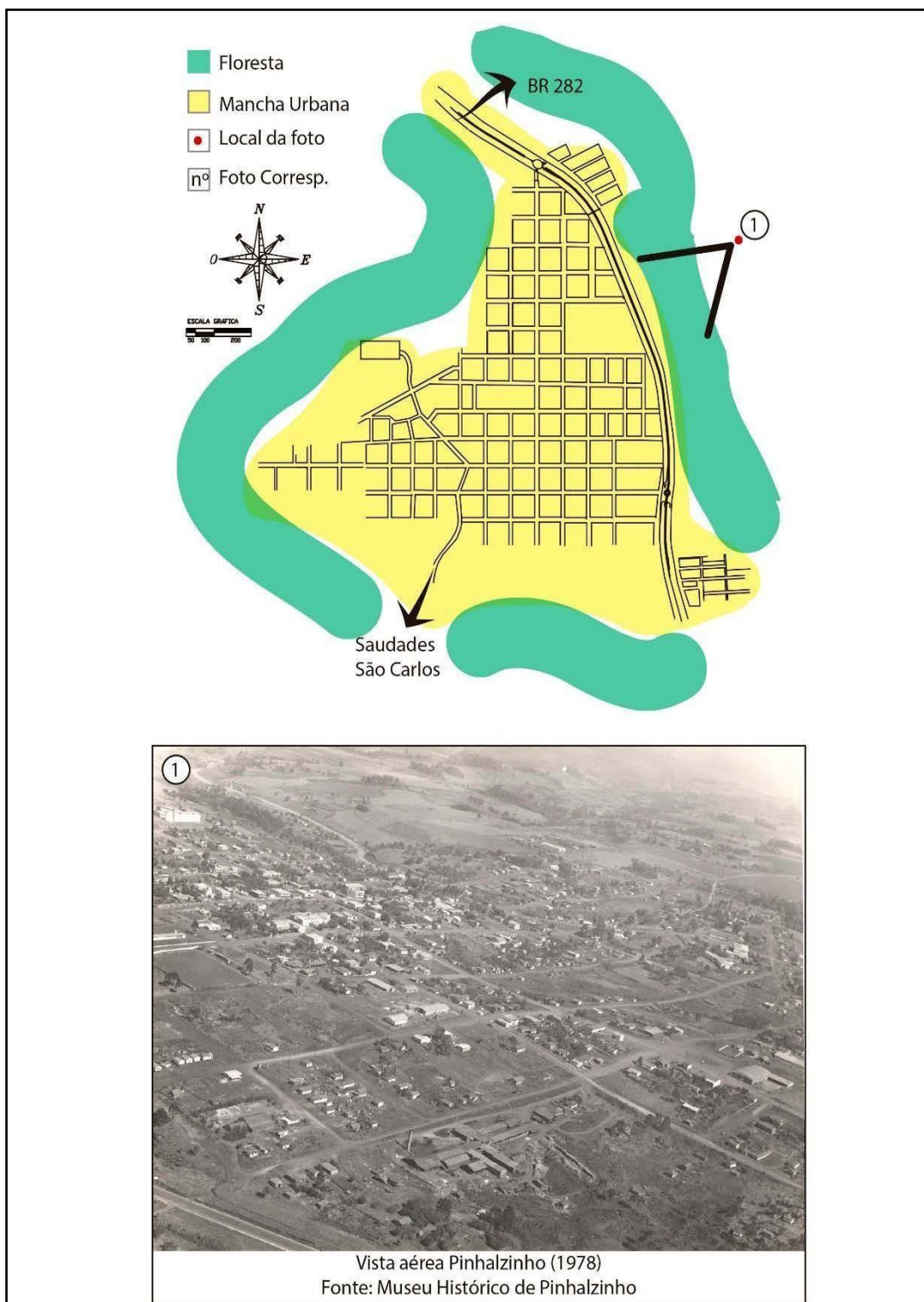
Figura 7 – Pinhalzinho nos anos de 1960



Fonte: Salvini, 2018.

Na figura 8 temos Pinhalzinho nos anos de 1980. É possível ver como a cidade foi tendo um crescimento na sua área urbana e novas áreas urbanas começam a surgir no lado leste da BR-282.

Figura 8 – Pinhalzinho nos anos de 1980.



Fonte: Salvini, 2018.

No tópico a seguir, podemos ver como essa produção do espaço urbano, através das atividades econômicas exercidas pelo município, com destaques em alguns setores da economia, como o setor da construção civil, que tem obtidos números expressivos em constante evolução.

2.3 Perfil socioeconômico do município

O Produto Interno Bruto de Pinhalzinho expressa em números a evolução das atividades econômicas presentes no espaço geográfico da cidade, em que essa soma nos períodos entre 2011 a 2016 um crescimento de mais de 34%, colocando Pinhalzinho na 46º lugar na colocação estadual e 4º lugar na colocação regional (vide tabela 1)

Tabela 1 – Evolução do Produto Interno Bruto (R\$ 1000)					
2011	2012	2013	2014	2015	2016
702.058,03	713.808,60	848.487,00	876.975,07	852.944,85	942.606,52

Fonte: Adaptado de SEBRAE, 2019. Dados: IBGE/Secretaria de Estado de Planejamento de Santa Catarina

Já no PIB per capita, na qual representa a divisão do PIB que é resultado das atividades econômicas registradas na região pelo número total de habitantes, na mesma análise dos anos 2011 a 2016, Pinhalzinho ocupa a 17º colocação estadual e a 2º colocação no cenário regional, com cerca de 17% de crescimento nesse período (SEBRAE, 2019).

Tabela 2 – Evolução do PIB per capita (R\$)					
2011	2012	2013	2014	2015	2016
42.196,06	42.154,88	47.486,40	47.964,07	45.621,78	49.338,21

Fonte: Adaptado de SEBRAE, 2019. Dados: IBGE/Secretaria de Estado de Planejamento de Santa Catarina

Segundo o Sebrae, (p. 37, 2019):

A principal contribuição do cálculo de Valor Adicionado Bruto é permitir um panorama da participação dos principais setores produtivos para o resultado

econômico registrado pelo país, estado, região ou município. O indicador é usado como medida do resultado final da atividade produtiva, num determinado espaço de tempo, sendo determinante para o cálculo do Produto Interno Bruto.

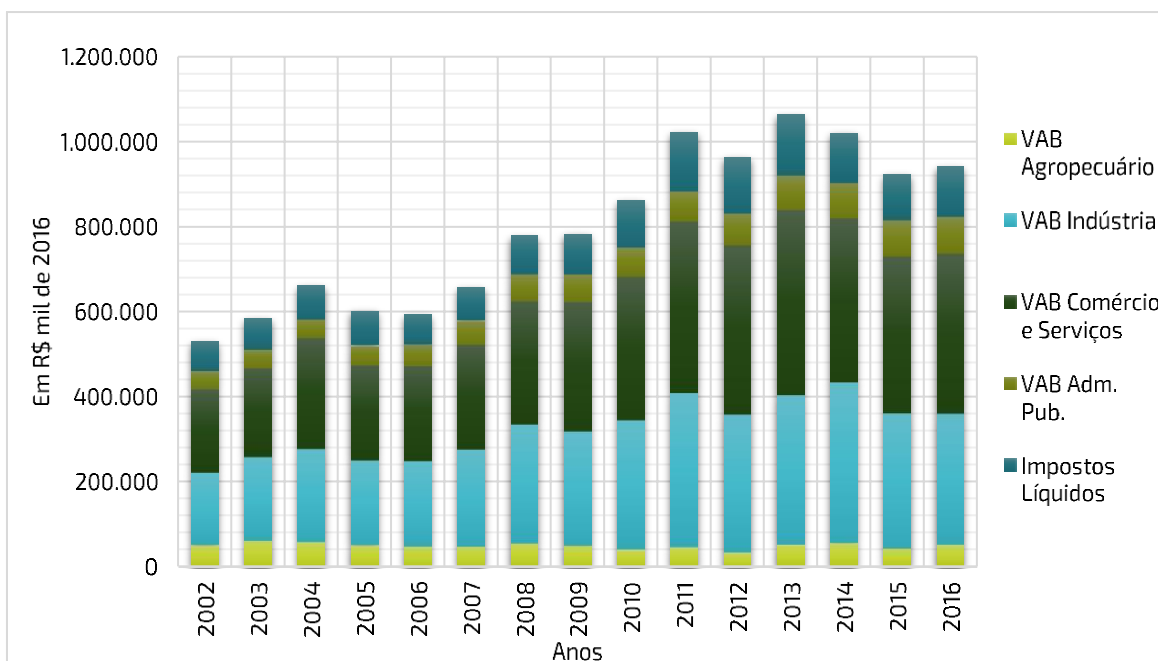
A tabela 3 Valor adicionado Bruto por setor, mostra como o segmento de serviços é significativa, seguida da indústria.

Tabela 3 - Valor adicionado Bruto por setor	
Valor adicionado bruto a preços correntes (R\$1000)	2016
Agropecuária	51.904,00
Indústria	37,50%
Serviços	45,70%
Administração, defesa, educação e saúde pública e seguridade social	10,50%
Valor adicionado bruto total	100%

Fonte: Adaptado de SEBRAE, 2019. Dados: IBGE/Secretaria de Estado de Planejamento de Santa Catarina

Segundo Costa (2019, p. 9), através dos dados do IBGE (2019) o PIB do município de Pinhalzinho teve uma evolução entre os anos de 2002 a 2016, somando o valor real de R\$ 528,37 milhões no ano de 2002 à R\$ 942,61 milhões no ano de 2016, (vide figura 9). Ainda segundo o autor, o setor de serviços e industrial, foram os setores “com maior capacidade de geração de riquezas” do município.

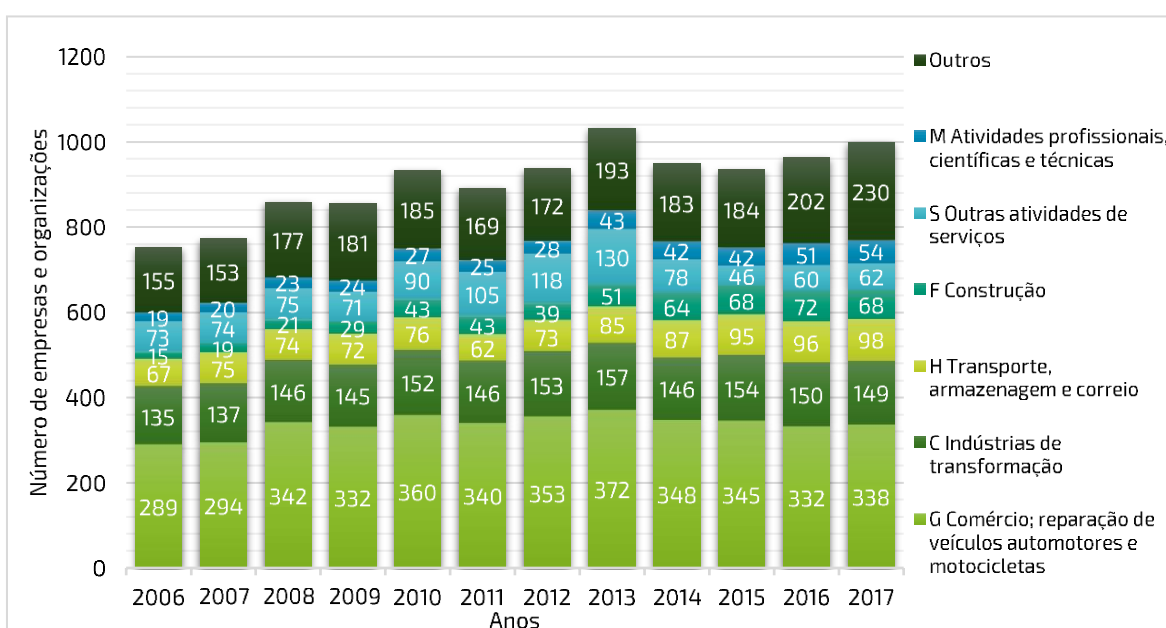
Figura 9. Evolução do Valor Agregado Bruto Real (em R\$ Mil 2016) em Pinhalzinho – SC nos anos 2002 à 2016.



Fonte: Costa, (2019) Dados: IBGE (2019)

A composição das empresas e organizações por setor da atividade econômica, demonstrada através da Figura 10 mostra como o setor de construção civil vem tendo trajetória crescente. No ano de 2006 esse setor tinha 15 empresas instaladas na cidade e no ano de 2017 esse número passou a ser de 68, o que representa um crescimento aproximado de 353% o que afirma o alto crescimento urbano da cidade, sendo este setor responsável pelas edificações e infraestrutura da cidade (COSTA, 2019).

Figura 10 - Composição das empresas e organizações, por setor de atividade econômica (2006 a 2017).



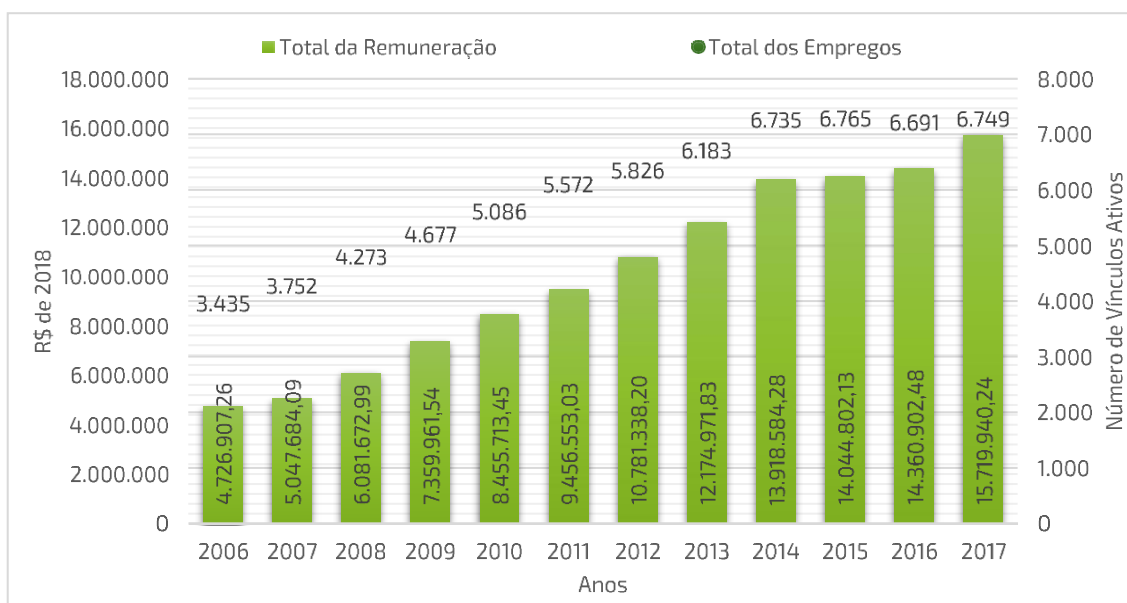
Fonte: Costa, (2019) Dados: IBGE (2019)

Outro destaque são as empresas ligadas ao segmento de comércio de oficinas mecânicas que possui um maior agregado de empresas com total de 338 no ano de 2017 o que equivale a 33,83% do total do município, sendo que esse setor já chegou a ter 372 empresas no ano de 2013 (Vide Figura 10). O setor de atividades profissionais, científico e técnico apresenta crescimento elevado, chegando a 184% em relação ao período de 2006 à 2017. O que representa que mais escolas, universidades estejam presentes na cidade (COSTA, 2019).

Na análise sobre o mercado de trabalho formal, através das estatísticas de emprego e renda do Programa de Disseminação das Estatísticas do Trabalho (PDET) que segundo Costa, (p.12, 2019) “Esse programa objetiva divulgar informações coletadas dos registros Administrativos: Relação Anual de Informações Sociais (Rais)

e do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged)”. Podemos observar que o número de empregos ativos no ano de 2006 com 3.435 postos de trabalhos chegando à 6.749 em 2017. (Vide Figura 11)

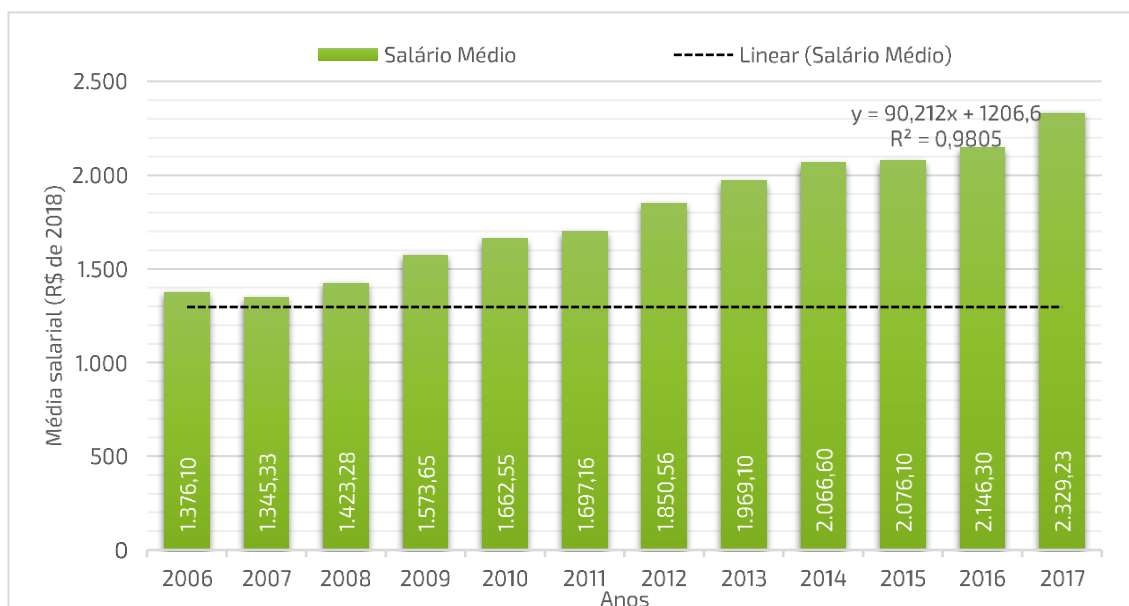
Figura 11 – Números de empregos formais e remuneração mensal (em reais de 2018): Período 2006 a 2017.



Fonte: COSTA, (2019 dados RAIS, 2019).

Em relação a remuneração média nos postos de trabalho nos períodos de 2006 a 2017, na Figura 12 observa-se um crescimento de R\$ 1.376,10 por trabalhador no ano de 2006 para R\$2.329,23 no ano de 2017. Segundo Costa, (2019) esse crescimento no salário médio mostra uma valorização nos salários praticados no município.

Figura 12 – Remuneração média (em R\$ de 2018) e variação percentual no salário médio em 2006 a 2017



Fonte: COSTA, (2019 dados RAIS, 2019).

Esse crescimento no número de empresas e organizações com o aumento significativo nos postos de trabalho faz com que populações sejam atraídas para o município, além é claro da migração da população rural para as áreas urbanas do mesmo, o que faz com que consequentemente haja um aumento no número populacional, que veremos a seguir no próximo tópico.

2.4. Evolução urbana e características da população do município de Pinhalzinho.

O município de Pinhalzinho, além do seu crescente econômico, sua população também teve um crescimento expressivo nos últimos anos, principalmente a população urbana, chegando a taxa de urbanização de 83,3 no ano de 2010. (IBGE, 2010).

Na tabela 4 observamos os dados gerais no que se refere aos aspectos populacionais do município, através dos dados do IBGE.

Tabela 4 - Aspectos gerais da população de Pinhalzinho.

Aspectos Populacionais		
<i>Densidade demográfica 2018</i>	155,32 (hab/km ²)	
<i>População (Censo 2010)</i>	16.332	
<i>Estimativa populacional 2018</i>	19.906	
<i>Taxa de crescimento médio anual (2000-2010)</i>	2,83%	23º ranking estadual
<i>População economicamente ativa</i>	6.833 (2000) 10.434 (2010)	
<i>PEA 2010 (%)</i>	63,9%	

Fonte: Sebrae, 2019. Dados: IBGE.

Na tabela 5 veremos essa evolução da população da cidade de Pinhalzinho conforme as taxas de urbanização e de crescimento da população no período de 2010 a 2016.

Tabela 5 - População Total, Taxa de Urbanização e Taxa de Crescimento da População Períodos 2010 a 2016 (%)

População total (2017)	Tx. urb. 2010 (%)	Taxa de Cresc. População 2010- 2016 (%)
19.105	83,3	14,51

Fonte dos dados: IBGE, 2010, 2017. Elaborado pela autora, 2020

Infelizmente, não tivemos o censo de 2020, que foi adiado devido a pandemia de Covid-19, mas com os dados dos últimos dois censos de 2000 e 2010, podemos observar a evolução da população urbana na cidade de Pinhalzinho, e consequentemente um decréscimo da população rural, que no censo de 2000 era de 3.043 e em 2010 fora de 2.717, um saldo negativo de 326 entre os dois censos, já a população urbana teve crescimento, sendo de 9.313 no censo de 2000 e 13.615 no censo de 2010, com saldo positivo de 4.302. Vide tabela 6. (IBGE, 2000, 2010)

Tabela 6 - População Rural e Urbana conforme os últimos censos 2000 – 2010

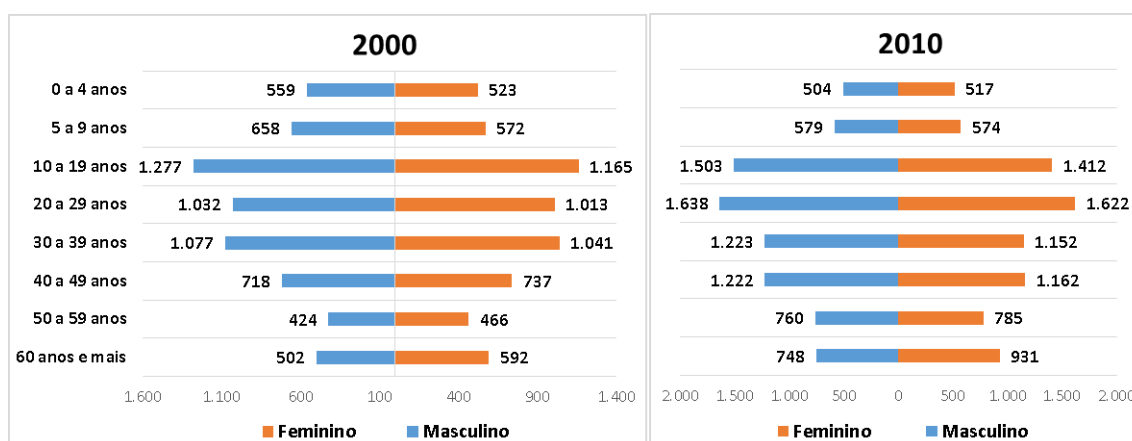
	População Urbana	População Rural	População Total
Censo 2000	9.313	3.043	12.356
Censo 2010	13.615	2.717	16.332

Fonte: IBGE, 2000, 2010, elaborada pela autora, 2021.

No que se refere a população nos períodos de 2000 a 2010, observa-se, através da figura 13, o crescimento da população na maioria das faixas etárias, mas o crescimento mais expressivo entre os dois períodos é o de 40 a 49, em ambos os sexos, já na faixa etária de 60 anos e mais, o sexo feminino mostra que a diferença entre o masculino do ano de 2000 teve um aumento considerável. Essa pirâmide etária, dentro da ciência geográfica, é uma importante ferramenta de representação da estrutura da população que se analisadas em diferentes períodos podemos verificar se a população vem crescendo ou diminuindo em diversas faixas etária e pode demonstrar as características da população da cidade.

Segundo Sebrae, (2019) essa pirâmide segue uma tendência nacional e estadual, no sentido do envelhecimento da população local, e o número de habitantes com 50 anos ou mais teve crescimento de 62,5 %, já a população com até 9 anos diminuiu 6%.

Figura 13 – Pirâmide etária da população períodos 2000 a 2010



Fonte: Sebrae, 2019. Dados: IBGE.

Além de dados sobre as características da população rural e urbana, a estrutura etária, e os dados econômicos, como o aumento do número de postos de trabalho ofertados na cidade, a pobreza e menores rendas estão presentes na população, conforme a tabela 7, dentro da população total do último censo, o de 2010, em que a

população total era de 16.332, cerca de 163 eram cadastradas no Programa do Bolsa Família e 640 eram consideradas de baixa renda.

Tabela 7: Estimativa de famílias de baixa renda, famílias pobres, beneficiárias do Programa Bolsa Família.

Estimativa de famílias de baixa renda – Perfil Cadastro Único (Censo 2010)	Estimativa de famílias pobres - Perfil Bolsa Família (CENSO 2010)	Famílias cadastradas com renda per capita mensal de R\$ 0,00 até R\$ 77,00 (03/2016)	Famílias cadastradas com renda per capita mensal entre R\$ 77,01 e 154,00 (03/2016)	Famílias cadastradas com renda per capita mensal entre R\$ 154,01 e ½ salário mínimo (03/2016)	Quantidade de famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família (06/2016) 11
640	311	120	131	462	163

Fonte dos dados: IBGE, 2010, 2015, 2017. Elaborado pela autora, 2020.

Sobre o número de famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família, segundo o Sebrae, (2019) este número vem diminuindo, em 2011 era 401 o número de famílias beneficiadas, já em 2018 esse número passou a ser de 110 famílias. Vide tabela 8.

Tabela 8 - Número de famílias atendidas pelo Bolsa Família

2011	2012	2013	2014	2015	2018
401	401	336	264	197	110

Fonte: Ministério do Desenvolvimento Social (apud Sebrae, p. 21, 2019)

No que refere-se sobre os domicílios existentes em Pinhalzinho, a tabela 9 mostra uma projeção para 2018 sobre as classes e a renda média da sua população.

Segundo Sebrae, (p.19, 2019):

Buscando traçar um panorama atualizado, que relacione os domicílios existentes em Pinhalzinho com a as faixas de renda de seus moradores, a tabela a seguir traz índices do IPC Maps. Trata-se de um banco de dados que estabelece o perfil de consumo das populações dos municípios brasileiros, permitindo um importante conjunto de análises. Pelolevamento, de 2018, a classe C – que abarca quem tem rendimento mensal entre 4 e 10 salários mínimos – comporta o maior percentual de laresde Pinhalzinho.

Tabela 9 – Número de domicílios urbanos com % por classe econômica – Projeção 2018.

Renda familiar média	N	%
A	178	3,1%
B1	336	5,8%
B2	1.433	24,8%
C1	1.826	31,5%
C2	1.383	23,9%
D/E	632	10,9%

Fonte: Adaptado, IPC Maps (apud, Sebrae, p. 19 2019)

Sobre os índices que norteiam o perfil social do países, estados e municípios, o município de Pinhalzinho tem apresentado diminuição na desigualdade social, no que refere-se o índice de Gini, um importante indicador que é utilizado para medir o grau de concentração de renda. Vide a tabela 10.

Tabela 10 – Aspectos sociais

Aspectos sociais		
<i>Índice de Gini</i>	0,5381 (2000)	0,4343 (2010)
<i>Incidência de pobreza % colocação estadual (2010)</i>	0,77	148º
<i>Esperança de vida ao nascer Colocação estadual (2010)</i>	78,17	10º
<i>Taxa Mortalidade Infantil</i>	9,5 (2010)	11,3 (2014)

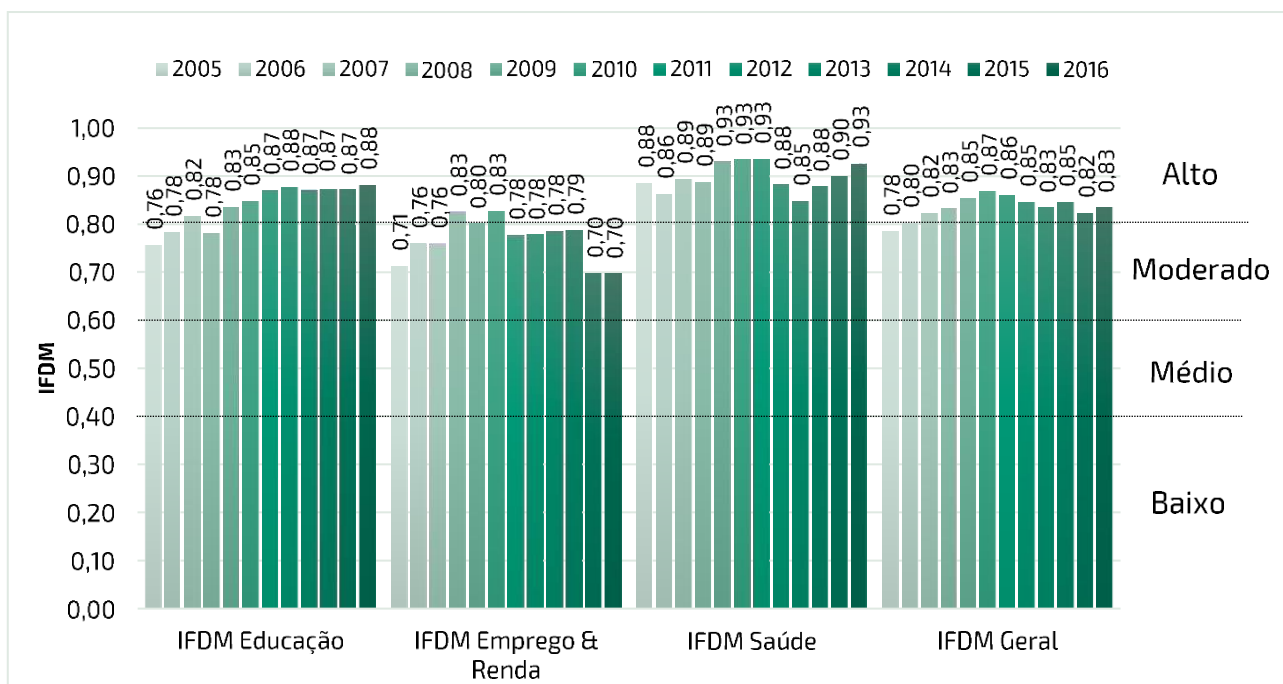
Fonte: IPC – Maps/ PNUD/ IBGE/ Ministério da Saúde (apud Sebrae, p.24, 2019)

Nesse sentido, além dos dados mencionados até agora, para melhor compreensão da dimensão dos níveis de desenvolvimento do município de Pinhalzinho, e o perfil socioeconômico do mesmo, usaremos o Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal, (IFDM) que é um indicador composto por três áreas do desenvolvimento humano, são eles “Emprego e Renda, Educação e Saúde”.

Assim, os municípios que estiverem com o IFDM entre 0,0 e 0,4 são considerados com baixo estágio de desenvolvimento; já O IFDM entre 0,4 e 0,6 apresentam desenvolvimento regular: Com IFDM entre 0,6 e 0,8 apresentam desenvolvimento moderado, por fim os municípios com IFDM entre 0,8 e 1,0 apresentam alto estágio de desenvolvimento.

Na figura 14 podemos observar que as áreas como Educação e saúde obtiveram índices mais altos no período analisado entre 2005 a 2016, apenas a área de Emprego e Renda que teve índice de 0,83 em 2010 caiu para 0,70 em 2016, mesmo assim o município de Pinhalzinho tem seu desenvolvimento municipal em altoestágio, considerando o índice do IFDM.

Figura 14: Índice Firjan de desenvolvimento municipal análise dos anos 2005 a 2016.



Fonte: COSTA, (2019 dados RAIS, 2019).

O resultado desse alto estágio de desenvolvimento, conforme o Índice Firjan mostra como o município tem-se destacado e que até o ano de 2010 teve uma tendência de crescimento do emprego e renda, o que fez com que o município de Pinhalzinho tivesse um ganho populacional, principalmente em termos urbanos.

No capítulo a seguir, podemos entender melhor como se configura espacialmente o município de Pinhalzinho e sua expansão urbana a partir dessa configuração.

CAPITULO 3

PINHALZINHO: EXPANSÃO URBANA E CONFIGURAÇÃO ESPACIAL ATUAL DA CIDADE

3.1 Pinhalzinho: estrutura socioespacial no período recente (pós-2000) e suas limitações na estrutura urbana

Pinhalzinho, nesse contexto apresenta uma crescente econômica e populacional, com novas áreas industriais e educacionais, mas que é visível a segregação socioespacial nos bairros em que estão localizados ao leste da BR 282 (Sentido São Miguel do Oeste).

Pinhalzinho é um município em processo de ascensão econômica e crescimento populacional. A área urbana vem expandindo de forma acelerada, devido, principalmente, às novas áreas industriais e educacionais implantadas no município e às transformações na base agrícola regional, que torna constante e crescente a transferência de população rural para os centros urbanos. Com esse crescimento, os problemas já existentes na cidade são ainda mais intensificados e visíveis no dia a dia, como **a segregação socioespacial dos bairros localizados do lado oposto da BR** e a carência de espaços destinados ao convívio cultural e de lazer (grifos do autor). (SANTOS, 2015 apud SANTOS et al., 2019, p. 6, grifos do autor).

Nesse sentido, ao analisar sua expansão urbana na malha urbana municipal (Figura 4), podemos constatar os problemas urbano de mobilidade urbana nos bairros Jardim Maria Terezinha, Loteamento Primavera, Parque Industrial e Bela Vista, localizados na área leste da BR-282.

Segundo Santos et al (2019, p.13):

A localização do Loteamento Primavera as margens da BR 282 e desconexo do tecido urbano existente, evidenciam o que ocorre na maioria das cidades brasileiras quanto as áreas de interesse social: são desconexas, longínquas dos centros urbanos, não possuem um sistema de transporte que atenda a essa distância e não são estruturadas com equipamentos básicos como postos de saúde, creches e escolas. Isso evidencia que a distância aqui abordada não é somente geográfica, mas sim uma questão de direito a cidade, o qual Harvey (1973, p.51) aborda ao falar sobre o “desequilíbrio diferencial na forma da cidade”, ressaltando que “(...) o rico e o relativamente bem remediado podem conseguir grandes benefícios, enquanto o pobre, e conseqüentemente imóvel, tem somente oportunidades restritas. Isso pode significar uma distribuição regressiva de renda, bastante substancial num sistema urbano em rápida mudança.”

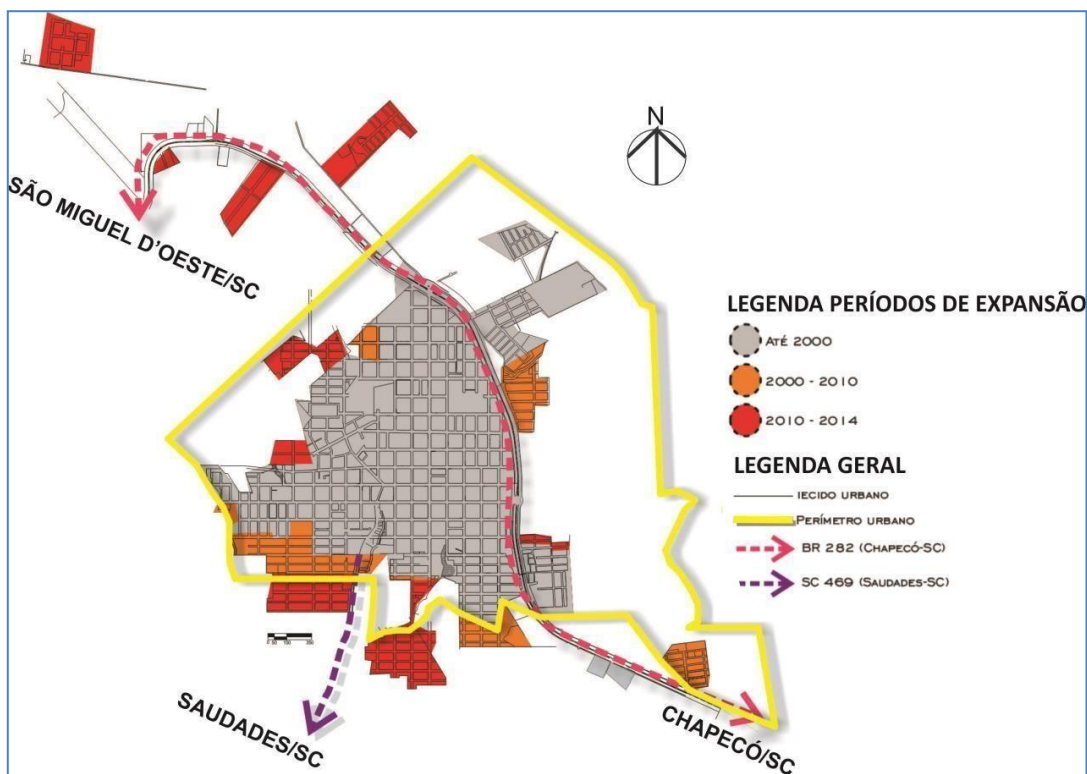
A figura 15 apresenta a evolução da expansão do tecido urbano em Pinhalzinho a partir de 2000. Pode-se observar que a cidade ficou configurada com o surgimento dos novos loteamentos construídos em lotes antes rurais. As áreas na cor laranja, nos períodos entre 2000 e 2010, e as áreas em coloração vermelha nos anos de 2010 a 2014.

Segundo Saviani, (p. 106, 2018):

(...) em Pinhalzinho hoje se constata o crescimento periférico a parte consolidada, com o adensamento urbano principalmente no centro, em decorrência da concentração comercial. A malha segue o traçado inicialde grelha, as expansões estão acontecendo onde eram lotes rurais, ou seja, partes anteriormente desmatadas. O motivo pelo qual as expansões não seguem certa continuidade - há "cortes" no mapa - é resultado de os loteamentos serem feitos pelos próprios donos das terras, antes propriedades rurais.

Dessa forma, com o adensamento urbano na sua área central, resultado da produção do espaço urbano na concentração do comércio e das instituições financeiras, a cidade foi tendo seu crescimento com maior proporção no lado oeste (vide figura 15) em que se situa a área central da cidade.

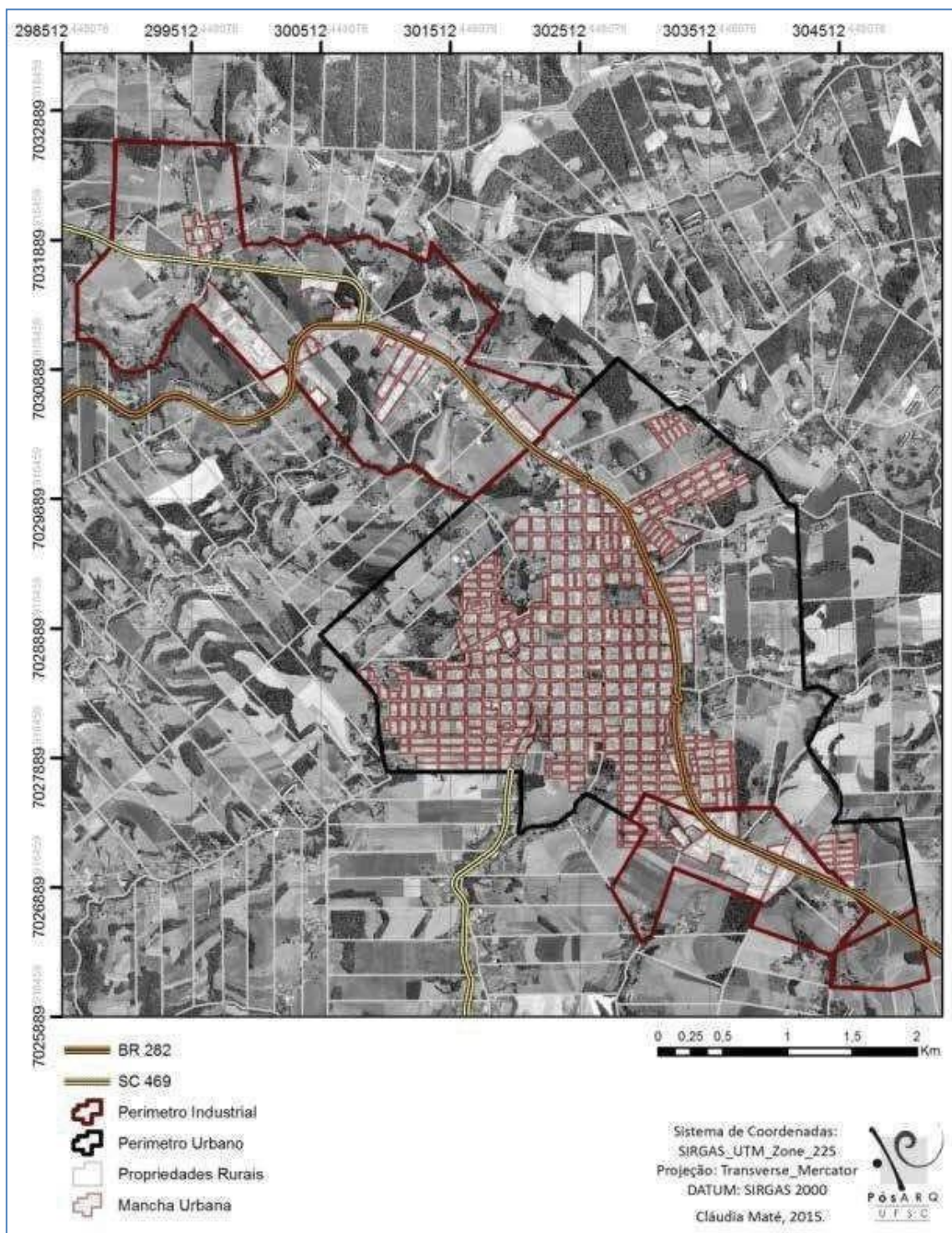
Figura 15: Períodos de expansão urbana em Pinhalzinho



Fonte: Santos et al, (2019)

Na figura 16 Carta-Imagem dos perímetros urbanos e industrial de Pinhalzinho, constamos a divisão territorial, com o circuito espacial produtivo da cidade já consolidado na área leste do município e em expansão da área norte. O circuito espacial produtivo, segundo Arroyo (2008) refere-se a formação de empresas de diferentes tamanhos que, de forma articulada, atua em diversas frações do território, no contexto de Pinhalzinho, essa articulação se dá pelo movimento da produção que ocorre na presença da importante rede fixa a BR-282 que faz a ligação das duas áreas industriais do município.

Figura 16: Carta-imagem dos perímetros urbanos e industrial de Pinhalzinho com destaques para as rodovias BR 282 e SC 469.

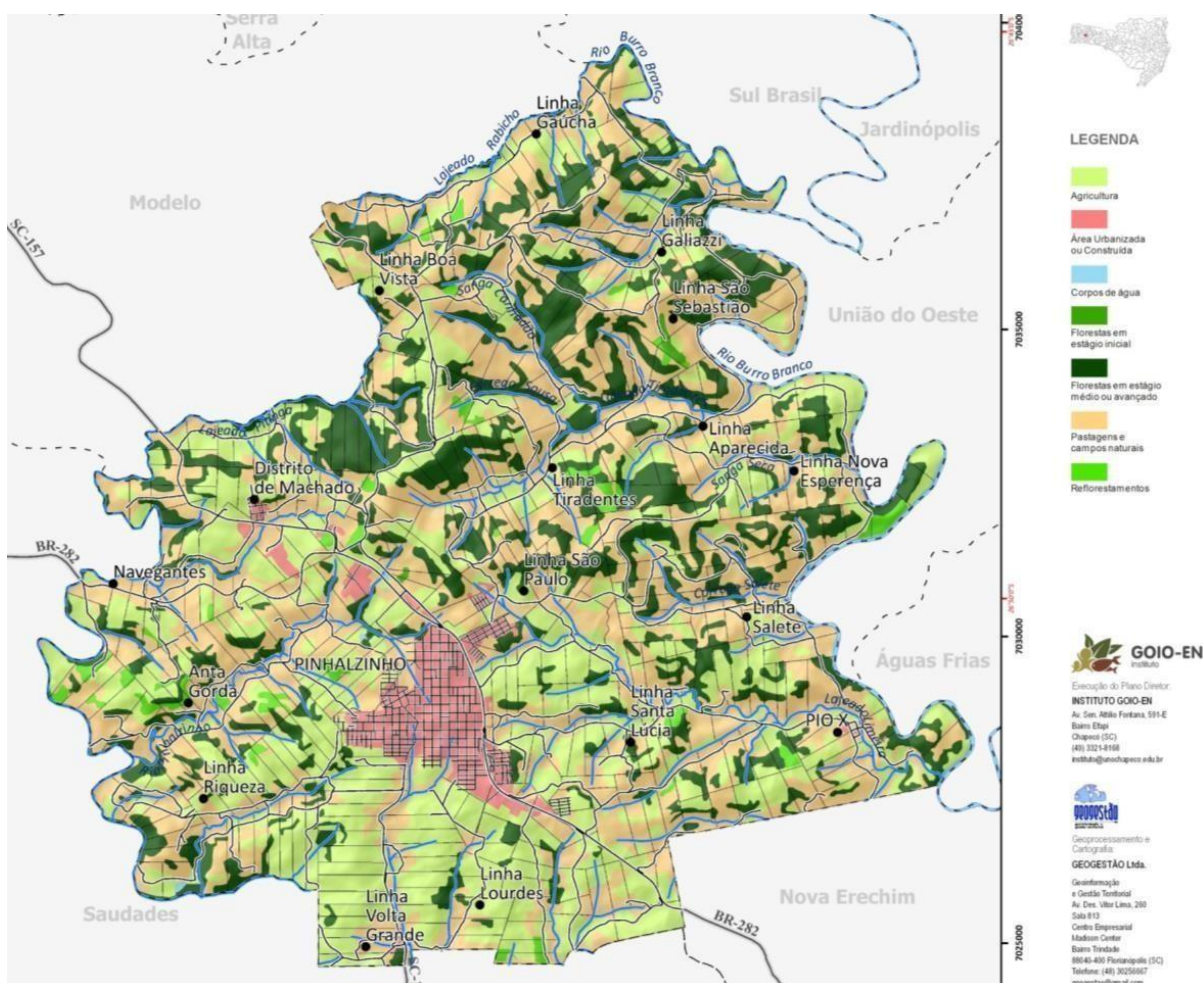


Fonte: Elaborado por Mate (2015) com dados vetoriais da Prefeitura Municipal de Pinhalzinho, (2010)

Através da Figura 17: Mapa de Uso e ocupação do solo pelo Plano Diretor Municipal de Pinhalzinho é possível observar a predominância das áreas rurais em

torno das áreas consideradas periurbanas, áreas consideradas de transição do rural para o urbano.

Figura 17 - Mapa de Uso e ocupação do solo pelo Plano Diretor Municipal de Pinhalzinho



Fonte: Plano Diretor Participativo Municipal de Pinhalzinho (2012 apud Santos et al, 2019)

Segundo Vale e Alves, (2013 apud Santos et al, (p. 8, 2019) as áreas *periurbanas* são áreas consideradas alvo da especulação imobiliária, por conta de estarem em constante transformação, o preço dessas terras, que antes eram consideradas rurais, são elevados, isso porque deixam de ser comercializadas como rural e passam a ser comercializadas como espaço urbano.

Nas figuras 18 e 19 é possível ver uma dessas áreas consideradas *periurbanas*, localizadas na proximidade da área central, em um dos bairros mais populosos da cidade, o bairro Pioneiro, onde é possível ver áreas com vazios urbanos, estruturas prediais e o rural presente nessa área em transformação.

Figura 18: Áreas consideradas *Periurbanas*, localizadas no bairro Pioneiro, Pinhalzinho/SC



Fonte: acervo particular da autora, 2018.

Figura 19 - Áreas consideradas *Periurbanas*, localizadas no bairro Pioneiro, Pinhalzinho/SC



Fonte: Acervo particular da autora 2018.

Além disso, há programas em desenvolvimento entre setor privado e público no que se refere a construção de novo loteamento. Segundo informações publicadas na página da Prefeitura Municipal de Pinhalzinho na internet no dia 15 de janeiro de 2020, foi assinado um contrato em parceria entre o poder público e privado para a construção de um loteamento que contará com 245 lotes, sendo destes 35% a disposição da Prefeitura pelos serviços de infraestrutura, e o restante ficaria disponível para comercialização. (Prefeitura Municipal de Pinhalzinho, SC, 2020a).

Em março de 2020, a Prefeitura Municipal divulgou também o edital de licitação de vendas de lotes no Loteamento Industrial no Distrito de Machado. Serão 12 lotes disponíveis com metragens entre 1.200 e 2.300 m², que “serão comercializados para micro e pequenas empresas”. O objetivo, segundo a mesma fonte, é estimular empresas que “precisam de incentivo para construir e ampliar o negócio”. O loteamento contará com a infraestrutura necessária, como pavimentação, energia, água e poderá ser parcelado em até 84 vezes. (PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHALZINHO, 2020b)

Essa condição do Estado fornecer as infraestruturas para produção do espaço urbano, faz com que o capital se desenvolva no espaço geográfico impulsionando a expansão e ocupação urbana, através de estruturas físicas e neste caso, em especial, em habitações com o discurso do desenvolvimento econômico e geração de empregos.

No tópico a seguir será possível ver através das transformações na paisagem urbana de Pinhalzinho, o crescimento desta e a materialização no espaço geográfico, resultado das ações humanas sobre o mesmo espaço.

3.2 Transformações da paisagem urbana da cidade de Pinhalzinho

Analisar as transformações sobre a paisagem urbana do passado e do presente, materializadas no espaço geográfico são de tamanha importância para entender como se dão as relações sociais, no tempo-espaço, entre homem-natureza, nas mais complexas formas em que cada objeto é colocado ou não mais existente naquele lugar. Isso, no movimento de constantes mudanças, na produção do espaço, ou na desapropriação do mesmo (Brandt, 2015)

Sendo assim, através da paisagem, registrada pela fotografia, conseguimos ter a percepção da mudança de alguns pontos importantes da cidade de Pinhalzinho,

como o da Praça do Lago, hoje um importante ponto turístico na cidade, mostrada na figura 20: Foto da Praça do Lago, antes e depois.

Figura 20: Foto da Praça do Lago, antes e depois.



Fonte: Foto da esquerda Emilly Delay, (2020) e Foto à direita, Mapio, (2020)

Na figura 21, temos o registro fotográfico da Travessa Santa Catarina, que fica localizada na lateral da Praça Central da cidade, na foto antiga, do ano de 1971, bem ao fundo da imagem há a antiga Igreja de Madeira, estrutura muito usada na época, devido as madeireiras existentes na região e na própria cidade, além de mostrar a cultura da presença da Igreja no lugar central da cidade.

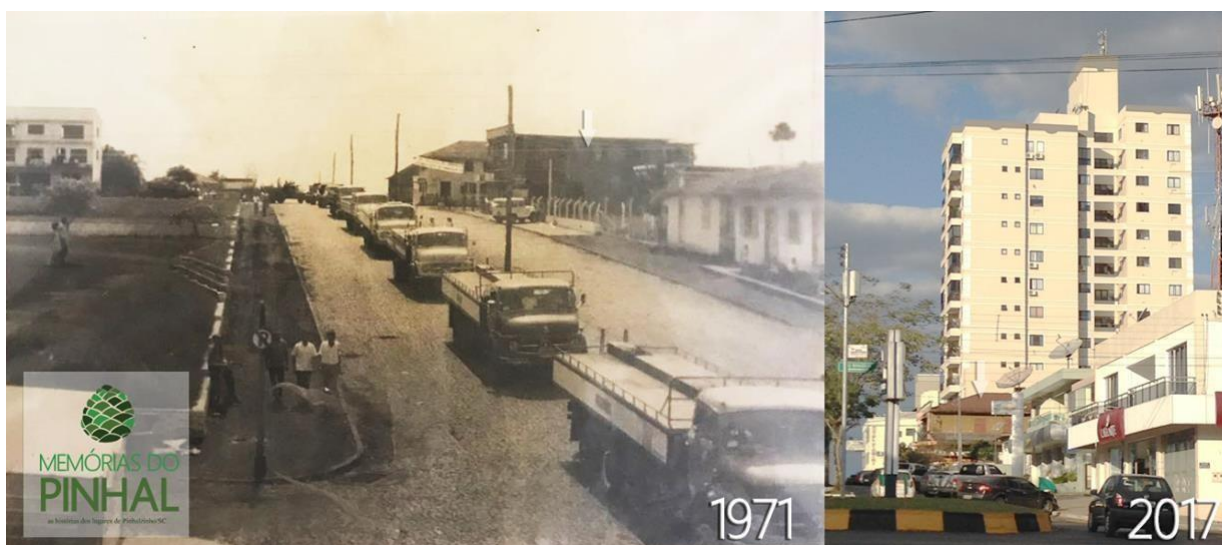
Figura 21: Travessa Santa Catarina, anos 1971 e 2017.



Fonte: Memórias do Pinhal – as histórias dos lugares. 2017.

Na figura 22 podemos ver a transformação de uma das principais avenidas da cidade, a Avenida São Paulo, a foto a esquerda é do ano de 1971, durante o desfile dos 10 anos de emancipação do município. Na época desta foto, percebe-se que já existem alguns prédios. Na foto à direita, do ano de 2017 podemos ver o início de um processo de verticalização da cidade, que segundo Santos et al, (2015) mostra como esse processo promove mudanças no espaço urbano e também na economia da cidade e ocorre principalmente nas áreas mais valorizadas da mesma.

Figura: 22 Avenida São Paulo, anos 1971 e 2017.



Fonte: Memórias do Pinhal, 2017.

Nesse sentido, as transformações das paisagens urbanas da cidade de Pinhalzinho mostram como a cidade foi ganhando novas formas, novos objetos surgiram na paisagem e isso comprova a tese de que o sistema capitalista vigente se instala no espaço e se reproduz em número e também é possível ver na imagem, pois os elementos que sustentam o capital estão presentes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através da análise da dinâmica da produção do espaço urbano no município de Pinhalzinho, pode se perceber como a localização geográfica, a inserção na rede urbana regional e também a importante rede fixa de infraestrutura a BR-282 influenciaram na ação dos agentes produtores do espaço urbano, cuja as ações estão materializadas no espaço geográfico ou em construção, como é o caso da nova área industrial da cidade.

O principal agente produtor do espaço urbano identificado neste trabalho é o Estado, com o fornecimento das infraestruturas necessárias para a expansão urbana da cidade. Conforme os dados obtidos neste trabalho como o índice Firjan mostraram que o município teve destaque até o ano de 2010 com alto estágio de desenvolvimento que influenciou o crescimento do emprego e da renda e com isso gerou um ganho populacional significativo. Também é importante destacar a produção do espaço urbano de Pinhalzinho através das atividades econômicas exercidas pelo município, com destaque para a construção civil, que apresentou números expressivos e em constante evolução e com isso contribuiu com a materialização do espaço urbano em edificações.

Nesse sentido, as transformações intraurbanas na cidade de Pinhalzinho é visível através da paisagem urbana, com construções em alto padrão com princípio de verticalizar, principalmente a área central da cidade, tendo com isso um custo imobiliário elevado nesses espaços, mas como a reprodução e acumulação presente no espaço urbano é desigual também identificou-se a segregação espacial nos bairros que estão localizados ao leste da BR-282 (com sentido a São Miguel do Oeste) na qual se faz necessário a realização de mais estudos que possa colaborar para a resolução dos problemas aqui identificados, principalmente em relação a mobilidade urbana que interfere na vida das pessoas que residem nesses bairros.

Além dos problemas destacados em relação a segregação socioespacial presente no espaço urbano de Pinhalzinho se torna importante outros estudos que analisem a situação geográfica dessa cidade em relação a rede urbana regional da região de influência de Chapecó, com dados que possam analisar o papel dessa cidade nessa rede urbana.

REFERÊNCIAS

- BAUERMANN, Andressa Krieser; BRANDT, Marlon. **Transformação da paisagem em Pinhalzinho – SC a partir da exploração madeireira entre as décadas de 1940 a 1970**. In: V.1 n. 6 Anais VI Jornada de Iniciação Científica e Tecnológica, 2016 Disponível em: <https://portaleventos.ufes.edu.br/index.php/JORNADA/article/view/4727> Acesso em: 21/03/2021.
- CARLOS, Ana Fani Alessandri. **A cidade**. São Paulo: Contexto, 1992.
- CAVALCANTI, C. (Org.). **Sociedade e natureza: estudos para uma sociedade sustentável**. São Paulo: Cortez; Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 1998.
- CORRÊA, R. L. **Estudos sobre a rede urbana**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.
- _____. Diferenciação sócio-espacial, escala e práticas espaciais. **Cidades**, v. 4, n. 6, p. 62-72, 2007.
- _____. **Ensaio: Rede Urbana e Formação socioespacial** – Uma reflexão considerando o Brasil. In: Revista Território, Rio de Janeiro, ano V, n° 8, pp. 121-129, jan./jun., 2000. Disponível em: <http://www.ufjf.br/nugea/files/2014/09/Rede-urbana-Lobato> acesso em: 14/09/2019
- _____. **Redes Geográficas – In: CIDADES: Revista científica / Grupo de Estudos Urbanos** – Vol.1, n.1, 2004 – Presidente Prudente: Grupo de Estudos Urbanos, 2004 – v. 9., n. 16; 23 cm., il.
- _____. **Trajетórias geográficas**. Rio de Janeiro, Bertrand, Brasil. 1997.
- COSTA, Nilson Luiz et al, **Perfil Socioeconômico do Município de Pinhalzinho/SC: uma contribuição para o Planejamento do Desenvolvimento Local**. Palmeiras das Missoes, RS, 2019. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/340610629_Perfil_Socioeconomico_do_Municipio_de_PinhalzinhoSC_uma_contribuicao_para_o_Planejamento_do_Developi_mento_Local , Acesso em: 21/03/2021.
- ECKERT, Ivo. **Bonito pinhal Pinhalzinho: a saga dos pioneiros**. Florianópolis. Gráfica Floriprint, 2002.
- FERRARI, Maristel. **Interações transfronteiriças na zona de fronteira Brasil-Argentina: O extremo oeste de Santa Catarina e Paraná e a província de Misiones Seculo XX e XIX** Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/95358/297827.pdf?sequence=1&isAllowed=y> Acesso em: 21/03/2021.
- FUJITA, Camila; MATIELLO, A. M.; ALBA, R. S. **Rede de polo e micropolos regionais no oeste catarinense**. In: Redes, Santa cruz do Sul, V.14, n2, p.53-79. mai/ago. 2009.
- FUJITA, Camila, **Dinâmica urbana e regional no oeste catarinense: Uma análise do papel de Chapecó e outras cinco cidades influentes na rede urbana**. In:
- BRANDT, M.; NASCIMENTO, E. (Orgs.). **Oeste de Santa Catarina: território, ambiente, paisagem**. São Carlos: Pedro & João, 2015. P. 71-96.
- HARVEY, David **A produção capitalista do espaço**. São Paulo, Annablume, 2005)

LEFEBVRE, Henri. **A produção do espaço**. Trad. Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins (do original: La production de l'espace. 4e éd. Paris: Éditions Anthropos, 2000). Primeira versão : início - fev.2006

LEFEBVRE, Henri. **A revolução Urbana**. Belo Horizonte: UFMG, 1999.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATISTICA – IBGE, **Regiões de Influência das Cidades 2007 – REGIC**. Rio de Janeiro: IBGE, 2008.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATISTICA – IBGE, **Classificação e caracterização dos espaços rurais e urbanos do Brasil**, 2017. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/apps/rural_urbano/ Acesso em: 20-03-2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATISTICA – IBGE. **Censo Demográfico Anos 2000 e 2010**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/25089-censo-1991-6.html?=&t=o-que-e> Acesso em: 22/07/2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATISTICA – IBGE, **agencia de notícias, 2020**. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/15007-nova-proposta-de-classificacao-territorial-mostra-um-brasil-menos-urbano> Acesso em: 20/03/2021.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONOMICA APLICADA – IPEA, **Caracterização e tendências da Rede Urbana do Brasil, Volume 1 Configuração Atual e Tendências da Rede Urbana**, Brasília, IBGE, 2002.

MAIA, C. M.; LUDWIG, D. P. Novas territorialidades regionais no Oeste Catarinense: reestruturação produtiva e urbana das cidades de maior influência da região. In: 1º Seminário Nacional de Planejamento e Desenvolvimento. **Anais 2013**. Disponível em: http://200.19.73.116/anais2/wp-content/uploads/2015/08/Dione_Paula_Ludwig.pdf. Acesso em: 24/06/2016.

MATÉ, Cláudia, **A cidade pequena através de seu sistema de espaços livres: o caso de Pinhalzinho/SC**. Dissertação de mestrado, Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de pós graduação em Arquitetura e Urbanismo, Florianópolis, 2016. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/174161> Acesso em: 11/10/2020

MEMORIAS DO PINHAL, **as histórias dos lugares**, Pinhalzinho, SC, 8 de julho de 2017, Facebook: Memoria do Pinhal, disponível em: https://www.facebook.com/memoriasdoPinhal/?ref=page_internal, Acesso em: 23/08/2020

MONBEIG, Pierre. **O estudo geográfico das cidades**. In: Textos clássicos, Revista Cidades, V. 1, n. 2, p. 277-314, 2004. Disponível em: <http://revista.fct.unesp.br/index.php/revistacidades/article/view/481> Acesso em: 03/11/2019.

RODRIGUES, Arlete Moysés. **Desigualdade socioespaciais – A luta pelo direito à cidade**. Artigo in: Cidades, v.4, n. 6, p. 73-88, 2007. Acesso em: 05/06/2016 Disponível em: <http://revista.fct.unesp.br/index.php/revistacidades/article/viewFile/571/602> Acesso em: 24/06/2016.

ROSSETO, Santo, **Síntese histórica da região oeste**. Artigo in Cadernos do CEOM – Ano 18, n. 23 – CEOM: 20 anos de memória e histórias no oeste de Santa Catarina. 2014. Disponível em: <https://bell.unochapeco.edu.br/revistas/index.php/rcc/issue/view/141/> Acesso em: 21/03/2021.

SANTOS, João Pablo dos; ALMEIDA, Maria Soares de. **(Des) Articulação entre políticas urbanas em uma cidade pequena: O caso de Pinhalzinho/SC.** In: Anais XVIII ENANPUR, 2019. Disponível em: <http://anpur.org.br/xviiienanpur/anaisadmin/capapdf.php?reqid=923> Acesso em 25/11/2020.

SANTOS, M. **Sociedade e espaço: Formação Espacial como Teoria e como Método,** In SANTOS, Milton. Espaço e sociedade: Ensaios. 2ª ed. Petrópolis: Vozes, 1982.156p Disponível em: << <http://ricardoantasjr.org/wp-content/uploads/2013/05/forma%C3%A7%C3%A3o-socioespacial-como-teoria-e-como-m%C3%A9todo>>> Acesso em: 15/09/2019

SANTOS, Milton. **Por uma economia política da cidade.** São Paulo: Hucitec, 1994.

SANTOS, Milton. **A Urbanização Brasileira.** São Paulo: Hucitec Ltda, 1993.

SANTOS, Milton. O espaço e seus elementos. In: **Espaço e Método.** São Paulo: Edusp, 5ª Ed., 2012

SALVINI, Guilherme. **Imaginabilidade da cidade: a percepção de Pinhalzinho/SC segundo seus moradores,** In 10 X Seminário Internacional de Investigação em Urbanismo, Barcelona – Cordoba, Junho de 2018. Disponível em: <https://upcommons.upc.edu/handle/2117/134730> Acesso em: 25/03/2021

SEBRAE, **Caderno de Desenvolvimento de Santa Catarina, Pinhalzinho.** 2019 Disponível em: <https://datasebrae.com.br/municipios/sc/m/Pinhalzinho%20-%20Cadernos%20de%20Desenvolvimento.pdf> Acesso em: 25/03/2021.

SILVEIRA, Maria Laura. **Uma situação geográfica: do método à metodologia.** In: Revista Território, ano IV, nº 6, Jan./Jun, 1999. Disponível em: <https://studylibpt.com/doc/1130986/uma-situa%C3%A7%C3%A3o-geogr%C3%A1fica--do-m%C3%A9todo-%C3%A0-metodologia> Acesso em: 08/10/2019.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial.** 2ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHALZINHO, **Administração assina contrato para construção de loteamento,** 2020 Disponível em: <http://www.pinhalzinho.sc.gov.br/administracao-assina-contrato-para-construcao-de-loteamento-que-contara-com-245-lotes-para-habitacao>. Acesso em: 24/01/2020